



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 40 - Nº 579 - DE 6 A 20 DE JANEIRO DE 2019 - R\$ 4,00

Toma posse da presidência da República um agente de Trump



**Organizar a resistência ao governo militarizado,
ditatorial e fascistizante de Bolsonaro**

Pela independência do Brasil diante do imperialismo

**Quebrar a ofensiva da minoria exploradora
sobre a maioria explorada**

Derrotar o obscurantismo religioso

**Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem
imediatamente as massas à luta**

**ABAIXO O GOVERNO DITATORIAL, ANTINACIONAL
E ANTIPOPULAR DE BOLSONARO!**



Viva os 60 anos da Revolução Cubana!

**Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista!
Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!**

Organizar a resistência à ditadura de Bolsonaro

Dentre todos os governos que se constituíram após a ditadura militar, extinta em 1985, o de Jair Bolsonaro promete ser o mais reacionário, obscurantista e antidemocrático. É o que indicam a constituição ministerial e a diretriz geral de seu programa.

A coluna central é formada de generais. Dois outros pilares dão a sustentação geral ao governo. De um lado, o ministério econômico, voltado a viabilizar a diretriz ultraliberal. De outro, dois ministérios ideológicos, o da Mulher, Família e Direitos Humanos, e o da Educação. Observa-se uma composição militarista, financista e religiosa. Os demais ministérios compõem a estrutura desse edifício. Destacam-se o Ministério da Justiça, da Agricultura e do Exterior. Cada instrumento da orquestra estará sob a regência dos militares.

Observa-se a maior influência do capital financeiro e do agronegócio, que determinam o programa de governo. Dois aparatos sobressaem na conformação da governabilidade: as igrejas evangélicas e as corporações policiais. Conformam, assim, a fisionomia de um governo místico-policial. Outras características do reacionarismo e do obscurantismo poderiam ser identificadas. O fundamental está nessa síntese.

Qualquer que seja o governo – eleito ou preposto, democrático ou ditatorial – responde aos interesses gerais da burguesia. Cabe saber que fração ou frações exercem a hegemonia. O governo de Bolsonaro se assenta no capital financeiro e no agroindustrial-latifundiário.

A ligação com o imperialismo é parte essencial da caracterização. Bolsonaro e sua camarilha governamental se definem, não apenas pelo pró-imperialismo em geral, mas pelo alinhamento a uma de suas frações. A sua referência são os Estados Unidos. Há que esclarecer que seu alinhamento ao imperialismo norte-americano se faz por meio da política de Trump. Os ideólogos bolsonaristas acreditam que Trump veio colocar a maior potência mundial nos trilhos, depois dos descaminhos de Obama. Almeja atar a política brasileira à direita norte-americana, xenófoba e fascizante. Um dos elos ideológicos é constituído pelas igrejas pentecostais. Os Estados Unidos, não somente exportam capital financeiro e invadem os países de economia atrasada com suas multinacionais, como também com as igrejas evangélicas. Não por acaso, pela primeira vez, o Brasil abriga um governo francamente pró-sinonismo.

Bolsonaro compromete mais gravemente a soberania do País, colocando-o a serviço de uma política fascizante, desde os Estados Unidos, definida por uma das frações do imperialismo. É bem possível que, depois da entrega da Embraer à Boeing, pela ditadura civil de Temer, se concederá Alcântara aos Estados Unidos, para que monte uma base militar.

Os brasileiros estão diante de um governo entreguista sem precedentes. Seguir a guerra comercial de Trump significa sufocar a economia nacional, e abrir o Brasil ao saque. Significa auxiliar o imperialismo a impulsionar as tendências bélicas, que emergem da crise mundial. É nítido o confronto crescente dos Estados Unidos com a China. Perfilar o Brasil à potência norte-americana resulta em apoio a uma possível conflagração bélica, embora não se apresente como imediata.

É muito perigoso para o Brasil colocá-lo como instrumento do imperialismo para derrubar o governo da Venezuela. O que está em jogo no país vizinho não é o capitalismo, mas sim a imensa reserva de petróleo. A subserviência de Bolsonaro a Trump implicará maior desnacionalização do petróleo e de sua indústria. Os Estados Unidos têm interesse estratégico no Brasil. A imposição de um governo ditatorial favorece a política de Trump, de sufocar a luta de classes em toda a América Latina. Esse tipo de governo, originado de eleições, é precioso para a política norte-americana no continente. E para manejar seus conflitos com o imperialismo europeu. A virada na política americana é consequência do prolongamento da crise aberta em 2008. E, portanto, da necessidade da maior potência de proteger seus interesses internos e externos. Espera-se uma nova onda de descenso e de quebras econômicas. Prender o Brasil às manobras e objetivos imperiais dos Estados Unidos é desarmar a economia nacional diante de um horizonte convulsivo que se avizinha.

O programa econômico de Bolsonaro não resulta das necessidades internas do País. Expressa as condições exigidas pelo capital internacional, imperialista. A promessa de que uma maior abertura econômica impulsionará o crescimento, gerará empregos, aumentará a produtividade e ampliará a integração do Brasil na economia mundial faz parte da impostura que acoberta o servilismo. Há uma ordem do capital financeiro para que o governo garanta o pagamento da dívida pública, transforme a Previdência em fundo de capitalização, privatize tudo e revogue as leis que limitam a expansão do agronegócio. A reforma trabalhista e a terceirização permitem livre exploração da força de trabalho.

Nenhuma outra força pode reagir e pôr abaixo esse governo, a não ser a classe operária. Os demais explorados devem organizar-se sob a política do proletariado. Trata-se de combater o governo antinacional e antipopular com o programa anti-imperialista e anticapitalista. A vanguarda consciente está diante da tarefa de quebrar a passividade das direções sindicais e dos movimentos; combater a política de colaboração de classes do PT e aliados; unificar as lutas; pôr em pé a frente única anti-imperialista, e unificar as lutas e popularizar a consigna de poder dos explorados, que é o governo operário e camponês.

Posse de Bolsonaro Sob a mediocridade, um ditador fascistizante

2 de janeiro de 2019

O festejo, o discurso, a teatralização e o arroubo da faixa presidencial expuseram de corpo inteiro a mediocridade do novo presidente da República. Seria engraçado, se não fosse grave, o gesto caricatural de Bolsonaro de elevar o tom do discurso retórico quando se referiu à libertação do País do socialismo, fez uma profissão de fé de defender com sangue as cores verde-amarelo da bandeira brasileira, e retirou do bolso uma réplica do símbolo nacional como condimento ao ensaiado discurso. O novo presidente se esqueceu que está sucedendo à ditadura civil de Temer, imposta ao País por meio de um golpe de Estado. Esqueceu que, sem o golpe, sua candidatura seria inviável.

Os aplausos da platéia arregimentada completaram a cena insólita e extravagante. Bolsonaro, no alto do parlatório, rebai-xou até mesmo a figura de D. Quixote, ao eleger o socialismo como aquele que ameaçava tingir a bandeira do Brasil de vermelho. O vermelho de seu sangue e dos patriotas protegeria as cores verde-amarelo.

Qualquer pessoa minimamente informada sabe que nunca houve um poder socialista no Brasil. Nem mesmo em toda a história do País, a classe operária elevou sua consciência e organização ao ponto de pôr em marcha uma revolução social. O golpe de 1964 derrubou um governo burguês nacionalista, acusado de comunista. Naquele momento, era possível essa caricatura histórica do anticomunismo, porque havia uma situação convulsiva na América Latina e a “guerra fria” predominava nas relações mundiais. Hoje, desfraldar a bandeira nacional contra a cor vermelha da revolução proletária é simplesmente uma estupidez pequeno-burguesa.

O PT nunca foi socialista. A cor vermelha adotada em sua bandeira não tem nada a ver com o comunismo. O PT, que foi derrotado nas eleições, é socialdemocrata até a medula. Lula e Dilma governaram sem ameaçar em nada a propriedade privada dos meios de produção. Governaram segundo os fundamentos do Estado burguês, que em sua essência materializa a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Até mesmo a imprensa, que bandeou para o lado de Bolsonaro nas eleições e que promete apoiar seu governo, ficou abismada, com a cena ridícula do impropério contra um socialismo inexistente, e com a inesperada dramatização de uma bandeira sendo sacada do bolso e estendida como se o vencedor das eleições tivesse derrotado o maior dos inimigos do capitalismo.

Bolsonaro conseguiu a façanha de transformar a posse pre-

sidencial em um circo de má qualidade. Não é preciso detalhar o entusiasmo da primeira dama, típico de classe média deslumbrada, com seu discurso para surdos e mudos. O coroamento do discurso presidencial, sob a consigna evangélica “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” basta por si só para retratar a estatura intelectual do novo presidente.

Longe de pretender comparar Bolsonaro a Hitler, é possível reconhecer duas qualidades comuns. Ambos atestam mediocridade e provêm da pequena burguesia. De Hitler, sabemos o seu papel na história, como expressão da ideologia nazifascista. De Bolsonaro, sabemos o quanto se utilizou do parlamento para defender a ditadura militar. Daí emana a sua cultura e a mentalidade militarista. Sua visão esquemática das contradições sociais do capitalismo conforma um tipo de misticismo policial. Como um político pequeno-burguês, proveniente da carreira militar, e encarnação dos interesses da burguesia, confluuiu a mentalidade militarista com a religião. Diz estar a serviço do divino e da pátria, nessa ordem.

Em suas batalhas na Câmara de Deputados, Bolsonaro se notabilizou por combater aqueles que se colocavam pelos direitos das mulheres, dos negros e dos homossexuais. Ergueu-se, furiosamente, contra o direito ao aborto e aos direitos civis dos homossexuais. Não vê tais conflitos como problemas sociais,

Longe de pretender comparar Bolsonaro a Hitler, é possível reconhecer duas qualidades comuns. Ambos atestam mediocridade e provêm da pequena burguesia. (...) Bolsonaro é um político pequeno-burguês, proveniente da carreira militar, e encarnação dos interesses da burguesia, confluuiu a mentalidade militarista com a religião.

mas sim como desvios que contrariam um suposto ordenamento natural emanado de Deus. Acredita que está imbuído da tarefa messiânica de preservar a família contra as degenerescências, assim entendidas por sua mentalidade mística-policial. Não lhe passa pela cabeça que a família idealizada pela religião não existe concretamente. O que existe é a família que se desintegra constantemente pela pobreza, miséria e pelos interesses materiais mais mesquinhos. Uma família que mantém a mulher prisioneira dos afazeres domésticos e da dupla jornada de trabalho. Uma família que abriga o maior número de assassinatos de mulheres e muitas outras violências, incluindo estupros. A abstração religiosa não lhe permite ver que a família está dividida em classes, e que são as famílias operárias e de camponeses pobres que mais padecem com o desemprego, subemprego, salário mínimo de fome, e com a desintegração geral da economia capitalista. Essa mesma mentalidade mística-policial

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

leva Bolsonaro a acreditar que a criminalidade e a insegurança crescem porque a polícia está limitada em sua capacidade de matar. Postula uma segurança baseada no fundamento militar de guerra civil. Essa mentalidade está obrigada a identificar um inimigo ideológico. Qualquer posição política que procure se aproximar da explicação de que essa multiplicidade de fenômenos destruidores da vida humana tem causas econômicas, sociais e históricas são perigosas para a pátria, a família e a religião. Daí advém o fato de Bolsonaro colocar no mesmo pacote o conjunto das esquerdas, incluindo o PT. Para ele, todos os gatos são pardos à noite. A bandeira de livrar o País do “lixo marxista” reflete em profundidade o desconhecimento histórico e teórico das correntes políticas. O projeto “Escola sem Partido” é o meio pelo qual Bolsonaro espera obter delações e motivos pré-estabelecidos para desencadear a repressão. Até mesmo setores da burguesia e porta-vozes da imprensa se preocupam com a idiotice de achar que a escola está tomada pela ideologia marxista. De conjunto, esse ideário compõe a mentalidade fascista do presidente da República. Em que medida será capaz de aplicá-lo? Dependerá das condições políticas e, em especial, de como os explorados responderão ao governo.

A força eleitoral da candidatura de Bolsonaro, completamente imprevisível, acabou servindo de canal das igrejas evangélicas e de um setor do empresariado ligado a elas. Serviu, também, de meio a uma fração burguesa ultraliberal, portanto, francamente pró-imperialista. A projeção imediata de Paulo Guedes na constituição da candidatura de Bolsonaro indicou ao capital financeiro, e mesmo ao conjunto da burguesia, que essa era a via de continuidade da política econômica do governo Temer. As frações burguesas tiveram diante de si as alternativas de direita, representada por Alckmin, ou da ultradireita, por Bolsonaro. A inanição de Alckmin levou a um deslocamento do empresariado para Bolsonaro. Alckmin poderia dar continuidade à obra do golpe de Estado, que derrubou Dilma Rousseff, com a vantagem de não se apresentar como uma variante fascizante da política burguesa. A despeito desses acontecimentos, o fato é que Bolsonaro possibilitou uma junção entre o ultraliberalismo e a mentalidade fascizante do ex-militar. Houve, inclusive, dúvidas entre os apoiadores dessa candidatura, se Bolsonaro tinha renunciado às suas posições estatistas, herdadas da ditadura militar. Tudo indica que já não há essa preocupação. O problema, agora, é de outra ordem.

O governo de Bolsonaro decidiu pelo alinhamento do Brasil às diretrizes de Trump. A definição por uma das potências trará enormes complicações para o País, uma vez que estão em curso os choques interimperialistas em torno a uma nova redivisão mundial dos mercados e fontes de matérias-primas. Bolsonaro ainda terá de mostrar se será capaz de manter unidas as frações burguesas que o apóiam. A decisão de Bolsonaro em apoiar o sionismo em seu objetivo expansionista na Palestina e no Oriente Médio, seguindo Trump, ascendeu uma luz vermelha nas hostes burguesas que prevêem riscos comerciais com os países árabes, China e Europa ocidental. Passos em falso, nesse sentido, poderão afetar a governabilidade. O acordo de base que unifica a burguesia consiste em medidas que descarregam a crise sobre as massas, imponham o ajuste fiscal, garantam o pagamento da dívida pública e realizem uma ampla privatização.

Manifesto *Posse Bolsonaro*

É preciso ainda considerar a confluência de militares para potencializar a candidatura de Bolsonaro e constituir o próprio governo. A premissa de que está ocorrendo uma mudança qualitativa na política e nas relações de Estado devido a que Bolsonaro não dependeu das negociações partidárias e, finalmente, na formação do governo, serve para ocultar que o essencial está em que os generais passaram a comandar a governabilidade. A aplicação de medidas tão violentas e de alinhamento às diretrizes de Trump exige um governo que se coloque por cima das frações burguesas e do Congresso Nacional. Em outras palavras, um governo ditatorial, militarizado e fascizante.

O que disse Bolsonaro em seu discurso de posse diz muito quanto a seu caráter ideológico, claramente reacionário. O que não foi dito tem maior importância ainda. Não disse ao povo que o assistiu que rebaixaria o reajuste miserável do salário mínimo previsto pelo Congresso Nacional, que começaria seu governo impondo a reforma da previdência, que acabaria com as demarcações de terras indígenas e de quilombolas, que abria as fronteiras agrícolas para maior expansão do agronegócio e que aprofundaria ainda mais a reforma trabalhista.

As centrais sindicais e as organizações populares, camponesas e estudantis sabem perfeitamente que governo é esse. A oposição liderada pelo PT controla boa parte dos movimentos. As esquerdas, por sua vez, se colocam por responder aos ataques de Bolsonaro, pelo menos em palavras. No entanto, depois da derrota de Haddad, nada foi feito para organizar a luta desde as bases. A resolução de não comparecer à posse de Bolsonaro (PT/PSOL), por considerar sua eleição manipulada, mas de não organizar absolutamente nenhum protesto pelo país contra o governo militarista e fascizante, em nome da democracia, atesta a sua impotência e passividade diante da ascensão direitista. Se não se romper o imobilismo e a política de conciliação de classes que prevalece no seio dos explorados, o governo ditatorial imporá seu plano antinacional e antipopular. Está colocada a tarefa de constituir uma frente única de luta, tendo por base as reivindicações da maioria oprimida e as respostas à política pró-imperialista de Bolsonaro. Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem as assembleias. Que se constituam os comitês nos locais de trabalho, bairros e escolas. Que nos preparemos com a política do proletariado para resistir à ofensiva antidemocrática e fascizante do governo.

Há uma tarefa particular da grave situação, que é a de aglutinar a vanguarda com consciência socialista para construir o partido marxista-leninista-trotskista. O POR compreende que uma luta firme e bem organizada contra as tendências fascistas da burguesia impulsionará o objetivo de resolver a crise histórica de direção.

Abaixo o governo ditatorial, militarista e fascizante de Bolsonaro!

Em defesa das reivindicações vitais da maioria explorada!

Pela independência nacional do País perante o imperialismo!

Lutemos sob a estratégia do governo operário e camponês!

Construir o partido operário revolucionário!

Fora o sionista e sanguinário Netanyahu!



30 de dezembro, de 2018

A declarada subserviência do governo de Bolsonaro a Trump trouxe, consequentemente, o apoio ao governo sionista de Israel. Representa uma considerável mudança na política externa do Brasil. A promessa de transferir a embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém não é apenas uma simbologia diplomática. Indica a convivência com a política expansionista e de integração total da Palestina ao Estado judeu. Acima de tudo, está posto o apoio ao intervencionismo imperialista dos Estados Unidos, sobretudo, no Oriente Médio. O que significa, em última instância, colocar o Brasil por detrás da diretriz militarista em geral.

A realização da transferência da embaixada não é uma decisão soberana do Brasil, mas um gesto de seguidismo a Trump. Em nenhum momento, a população – entre ela a classe operária – discutiu a guerra permanente entre judeus e palestinos. Não se tem a compreensão e a consciência histórica da instalação do Estado sionista nas terras palestinas e no âmbito das relações nacionais no Oriente Médio. O fato de Bolsonaro ter anunciado, nas eleições de outubro, essa intenção não lhe autoriza a cumpri-la em nome da maioria dos brasileiros. Mas o fará porque a burguesia o está autorizando. Não importa se parte dela considera que não é uma boa medida para a política externa do Brasil.

Somente a classe capitalista, seus políticos, acadêmicos e porta-vozes sabem perfeitamente o significado estratégico da virada radical que o novo governo pretende impor ao País. As massas não têm a mínima ideia de que se está empurrando o Brasil para o imenso choque mundial, que vem sendo preparado e desenvolvido desde os Estados Unidos.

A transferência da embaixada brasileira não teria nenhuma importância, caso não contribuísse para quebrar o isolamento da decisão de Trump. Ocorre que Trump alterou o curso que vinha sendo percorrido pelo governo de Obama, em comum acordo com as demais potências imperialistas. Mantinha-se em pé a velha e infundável discussão sobre dois Estados, em-

bora o expansionismo colonialista da burguesia judia praticamente tenha inviabilizado essa possibilidade.

O controle total de Jerusalém é o marco mais avançado para o domínio geral sobre o território palestino. Em duas guerras vitoriosas, o Estado de Israel, apoiado pelos Estados Unidos, se constituiu em uma potência militar e policial. Não foi suficiente, porém, a anexação de parte do território palestino. Pela via da ocupação territorial, os sionistas praticamente impossibilitaram a aplicação da resolução original de dois Estados.

É importante ter claro que o governo brasileiro não está apenas transferindo uma embaixada. Está admitindo rasgar a resolução da ONU. Lembremos que, em 1947, quando se decidiu pela divisão da Palestina em dois Estados, como consequência da partilha do Oriente Médio, após a 2ª Guerra Mundial, o brasileiro Oswaldo Aranha presidiu essa sessão da ONU. Bolsonaro, seguindo Trump, engata o Brasil por trás do expansionismo sionista e do esmagamento da resistência palestina.

A resolução de 1947, de fato, foi uma imposição dos Estados Unidos, que tinham perfeitamente claro que o objetivo

era o de implantar a qualquer custo o Estado sionista. Não haveria Estado palestino. Assim se passou, por meio de guerras e de intervenções militares. A população oprimida brasileira não conhece e nunca teve oportunidade de conhecer a real história da implantação do Estado de Israel. Se conhecesse e soubesse que os Estados Unidos utilizaram-se do Estado sionista para construir um enclave no Oriente Médio, certamente, não

Somente a classe capitalista, seus políticos, acadêmicos e porta-vozes sabem perfeitamente o significado estratégico da virada radical que o novo governo pretende impor ao País. As massas não têm a mínima ideia de que se está empurrando o Brasil para o imenso choque mundial, que vem sendo preparado e desenvolvido desde os Estados Unidos.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

aprovaria Bolsonaro e se revoltaria contra a submissão do Brasil à política mundial do imperialismo norte-americano.

É necessário assinalar que os governos brasileiros nunca foram capazes de mostrar ao povo a responsabilidade por ter presidido a sessão da ONU de 1947. Nunca foram capazes de sequer defender ativamente a aplicação da resolução que aprovou. Sempre estiveram por detrás da farsa norte-americana dos dois Estados. A diferença com Bolsonaro é que, nas inúmeras discussões ao longo da existência da ONU, a diplomacia brasileira se alinhava formalmente ao direito dos palestinos terem um Estado. E, assim, não seguiu automaticamente as posições dos Estados Unidos em apoio a Israel contra os palestinos. Mesmo a ditadura civil de Temer se cuidou em não romper essa tradição diplomática.

A virada é tal que, pela primeira vez, um governo sionista participa da posse presidencial. Felizmente, para o povo venezuelano e cubano, seus países foram desconvidados. Não se trata simplesmente da constituição de um novo governo burguês eleito pelo voto popular. Mas de um governo ditatorial, militarista e fascista. A classe operária e demais explorados devem rechaçar a presença do sanguinário Netanyahu.

Bolsonaro e sua camarilha de generais se vangloriaram por ter erguido a bandeira contra a corrupção e por terem sido eleitos para moralizar o País. No entanto, Netanyahu é um corrupto público e notório. Está metido em fraudes milionárias. Esse fato não tem a mínima importância para os moralistas pequeno-burgueses e burgueses, que ocultam sua própria marginalidade.

A influência da religião na decisão de Bolsonaro é significativa. Os evangélicos colocaram seu império para arrastar uma importante parcela das massas exploradas a eleger a ultradireita militarista. É clara a conexão entre os neopentecostais com o

Manifesto

costais com o sionismo. A impostura religiosa montada em torno a Jerusalém oculta o intervencionismo imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio e o bárbaro colonialismo da burguesia judia. Na história, a religião foi utilizada para a conquista e dominação de povos. A exigência da hierarquia religiosa de que se deve cumprir a promessa de campanha eleitoral reforça a ascendência das igrejas sobre o governo. O vínculo entre militares e igrejas, que solda o governo de Bolsonaro, expressa, de um lado, a militarização da política e, de outro, a sua sectarização, o seu fanatismo religioso. Essa composição política se assenta nas diretrizes do imperialismo para a crise econômica, que se desenvolve desde 2008.

É necessário que o movimento operário, camponês e popular se organize no terreno da independência de classe para enfrentar a nova situação que se abre com o governo militar-religioso. Essa é a via que a burguesia tem, no momento, para proteger o grande capital, os interesses das potências e descarregar a crise sobre a maioria oprimida. O programa e a estratégia capazes de organizar a maioria oprimida são o



É clara a conexão entre os neopentecostais com o sionismo. A impostura religiosa montada em torno a Jerusalém oculta o intervencionismo imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio e o bárbaro colonialismo da burguesia judia. A religião é utilizada para a conquista e dominação de povos.

Essa composição política se assenta nas diretrizes do imperialismo para a crise econômica, que se desenvolve desde 2008.

da revolução proletária e constituição de um governo operário e camponês.

A bandeira de “Fora o sionista sanguinário do Brasil” deve ser dirigida contra o novo governo de Bolsonaro, serviçal dos Estados Unidos.

**Em defesa da independência e soberania do Brasil diante do imperialismo!
Abaixo o governo ditatorial, militarista, religioso e fascistizante de Bolsonaro!**

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Burguesia agradece Temer

Bolsonaro não poderá dizer que receberá uma “herança maldita”. É quase unânime a avaliação jornalística de que, no final das contas, houve uma arrumação da casa. Temer comparece como salvador do País, diante do desastre provocado pelo governo de Dilma Rousseff. É compreensível que a ampla frente burguesa, que promoveu o golpe de Estado e instituiu em maio de 2016 a ditadura civil de Temer, confirmando-a em 31 de agosto, atribua o desastre da recessão entre 2015 e 2016 ao petismo. Não há interesse, evidentemente, de explicar os acontecimentos de uma das maiores crises porque passou o País por meio das leis econômicas, que levam à superprodução mundial e ao movimento inverso de destruição de forças produtivas. Segundo essas vozes, Temer entregará as contas públicas organizadas, a economia em crescimento e o plano de reformas em adiantado estado de implantação. De maneira que o novo governo não precisará montar outro plano, bastando apenas continuá-lo.

Nas condições de crise política, que perdurou após a queda de Dilma, os feitos de Temer foram extraordinários. Somente ficaram para trás as reformas da Previdência e tributária. O mais grave foi não ter aprovado o projeto que alterava o sistema previdenciário. Alguns analistas acentuam a denúncia da JBS, que obrigou o governo a trabalhar para que o Congresso Nacional bloqueasse a denúncia do Ministério Público, como principal fato ao obstaculizar o trâmite da reforma da Previdência. Até mesmo a temerária intervenção militar no Rio de Janeiro acabou por se sair bem. Diante da somatória dos êxitos, as denúncias e o processo de corrupção ficaram obscurecidos.

A aprovação da PEC do teto dos gastos e da reforma trabalhista pode ser considerada a mais importante contribuição de Temer à burguesia. O programa de privatização atendeu perfeitamente às exigências do imperialismo, principalmente quanto à entrega do pré-sal. Nesse sentido, foi dado mais um passo no desmonte do monopólio da Petrobras. De acordo com o jornalista João Domingos, do jornal O Estado de São Paulo, encarregado de fazer uma bela pintura da ditadura civil, “o modelo de administração adotado por Temer acabou por

se tornar, involuntariamente, na melhor transição de governo que Bolsonaro poderia desejar”.

Não só nesse plano, o golpe de Estado cumpriu o objetivo de realizar uma profunda mudança na política econômica e na condução do Estado. O próprio Temer se encarregou de completar esse balanço, mostrando sua “coragem” em reforçar o Estado policial. Cita a criação do Ministério da Segurança e do Sistema Único da Segurança Público. O mais importante, de fato, foram o restabelecimento do Gabinete de Segurança Institucional e a criação do Sistema Brasileiro de Inteligência. Temer pôs em andamento a retomada do antigo Serviço Nacional de Inteligência (SNI), orientando a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) a cumprir a função de polícia política. A militarização da política foi uma das consequências do golpe de Estado.

Podemos afirmar, com certeza, que, sem o golpe de Estado, não haveria possibilidade de Bolsonaro sair de sua medíocre vida parlamentar para a presidência da República. E, no mesmo sentido, não se projetariam os militares na política com tamanha rapidez. Mais ainda: sem que a ditadura civil conseguisse impor as reformas antinacionais e antipopulares, as condições seriam mais difíceis para um governo como de Bolsonaro se equilibrar no poder. Há uma íntima ligação entre o golpe de Estado, a ditadura civil, a vitória eleitoral da ultradireita e a constituição de um governo militarizado e fascizante.

Esse processo se deu em consonância com o fracasso do reformismo petista e a impotência de seu governo, diante da aguda crise econômica, de um lado. E da derrocada dos partidos orgânicos da burguesia – MDB, PSDB, DEM – que armaram o golpe de Estado e cassaram o voto da maioria que elegeu Dilma Rousseff. Encerra-se um governo de transição antidemocrático e inicia-se uma nova etapa de um governo militarizado, ditatorial, eleito pelo voto popular. Não se trata, porém, de uma descontinuidade governamental. Há que se trabalhar no seio dos explorados com o programa de reivindicações, respondendo a cada ataque à vida da maioria, à independência do País e a cada medida policial.

Recomendações a Bolsonaro

Sabe-se que a burguesia – de banqueiros a industriais – estavam pela candidatura de Geraldo Alckmin. Esmagadamente rejeitado pela população, essa fração da burguesia abandonou Alckmin, se juntou a outra fração burguesa que apoiava Bolsonaro e, finalmente, se chegou a uma grande unidade para derrotar o petismo. À exceção de uma fração oligárquica, principalmente do nordeste, Bolsonaro passou a contar com a maioria dos capitalistas.

Bolsonaro inicia seu governo escorado em uma unidade burguesa, que provavelmente só ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Coincidentemente, essa ampla unidade se formou após um golpe de Estado que derrubou Collor e mais recentemente, Dilma. Em ambos os casos, se recorreu às diretrizes do capital financeiro e do imperialismo

para responder à crise econômica.

É consenso entre as forças burguesas, que dirigem o País, que o Plano Real e o programa de privatização do PSDB reorganizaram a economia e o Estado. No entanto, o governo do PSDB concluiu o seu segundo mandato despedaçado pela retomada da desintegração da economia brasileira, cujo sintoma mais contundente era o desemprego em massa. O Plano Real, as privatizações, a contenção salarial, o fechamento de milhões de postos de trabalho e a reforma da Previdência serviram aos banqueiros, aos credores da dívida pública e aos grandes capitalistas da indústria e do comércio.

A divisão interburguesa, no final do mandato de Fernando Henrique, e a revolta da maioria explorada, permitiram ao PT chegar ao poder. Uma fração da burguesia viu vantagens em

apoia-lo, mas a divisão interburguesa permaneceu, uma vez que a fração francamente pró-imperialista não podia admitir a mínima sombra do nacionalismo burguês, do velho estatismo e do protecionismo, ainda que limitado. Até hoje, mesmo da prisão, Lula se vangloria de ter possibilitado o enriquecimento de setores da burguesia nacional, incluindo banqueiros. A retomada da crise econômica se encarregou de despedaçar o governo de Dilma Rousseff.

A ditadura civil de Temer contou com uma grande unidade burguesa. A economia mal saiu da recessão. Mais importante, nessa circunstância, era reatar a orientação econômica montada no governo de Fernando Henrique, francamente antinacional e antipopular. Temer teve a seu favor não apenas o fim da recessão, mas também a prostração do reformismo petista e da burocracia sindical. Nas eleições, a burguesia voltou a expressar os interesses particulares de cada fração. No entanto, havia como ponto de coincidência a rejeição à volta do nacional-reformismo ao poder. Derrotar o PT passou a ser o objetivo comum. O maior escândalo de corrupção foi exposto no governo Temer, mas não abalou os interesses gerais da burguesia. Essa coesão foi transferida para o governo que acaba de tomar posse. Observa-se que as frações burguesas põem de lado suas diferenças quando passam a ser comandadas pelo capital financeiro e pelo imperialismo.

A desintegração do capitalismo, cujas forças produtivas estão em choque com as relações de produção, em determinadas condições, obriga a maior parte das frações a se sujeitarem à política econômica determinada pelo capital financeiro. A ditadura civil de Temer possibilitou esse tipo de governabilidade. Graças a isso, o governo militarizado de Bolsonaro não fará senão dar continuidade a esse legado.

As frações mais poderosas da burguesia esperam que Bolsonaro concentre sua administração em avançar as medidas que garantam, a qualquer custo, sustentar o parasitismo financeiro da monumental dívida pública e, ao mesmo tempo, encontrar meios para o Estado impulsionar a economia. Os porta-vozes mais clarividentes recomendam que o governo não gaste energia, no início de seu mandato, ocupando-se do enfrentamento ideológico, tipo “Escola sem Partido”. Haverá tempo para isso, desde que comece impondo a reforma da Previdência, liberan-

Notas sobre o novo governo

do o Tesouro Nacional dos gastos vinculados (saúde, educação), abrindo ainda mais a economia e empurrando para frente as privatizações. Aspectos conflitantes, como meio ambiente, demarcação de terras indígenas, mudança da embaixada para Jerusalém, etc. não devem ser incentivados, enquanto o governo não sedimentar os fundamentos da política econômica ditada pelo capital financeiro. O ministro Paulo Guedes tem de assumir plenamente a aplicação desse programa e os demais ministérios precisam se comportar como instrumentos subordinados. O ministro Sérgio Moro tem a incumbência de evitar novos escândalos de corrupção e intervir como verdadeiro braço policial. E, por cima deles, o ministro-general Augusto Heleno garantirá a presença ativa das Forças Armadas na condução do governo. É previsível o caráter ditatorial do novo governo e a sua função de impor pela força o plano antinacional e antipopular.

Setores da pequena burguesia, vinculados ao PT e às esquerdas, estão assombrados com o que pode ocorrer. A tendência dos coelhos é de se entocarem. E esperarem os resultados desastrosos. Setores da classe operária, que opuseram à eleição de Bolsonaro, estão confusos e desorganizados. A burocracia sindical não agirá de modo muito diferente do que os coelhos da pequena burguesia. O problema fundamental, portanto, não está na instalação de um governo reacionário e obscurantista. O que é próprio da situação da decomposição do capitalismo. O problema reside na necessidade de vida ou morte da vanguarda de procurar a via da ação direta e da organização independente. É preciso dar respostas imediatas e combater estrategicamente o governo ditatorial, com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Não há dúvida de que, diante de um governo recém-eleito e apoiado por uma frente ampla burguesa, é mais difícil aos explorados saírem ao combate aberto. Mas, o que determina sua capacidade de resistência é, justamente, o trabalho da direção revolucionária, em levantar as reivindicações no interior dos sindicatos, das organizações camponesas, populares e estudantis. O enfrentamento à reforma da Previdência, tudo indica, será o primeiro embate. Assim como a burguesia exige que Bolsonaro concentre sua atenção nas medidas econômicas, a classe operária deve exigir de suas direções que se concentrem nas bandeiras que mobilizarão a maioria nacional oprimida.

ECONOMIA POLÍTICA DA BURGUESIA

Distintamente de quando Temer assumiu a direção do Estado, Bolsonaro tem a seu favor a economia em recuperação. Esse foi o ponto que mereceu maiores explicações nesse final de dezembro. Além de inúmeras notas expondo os dados positivos, foram divulgados ensaios jornalísticos com a pretensão de estabelecer um diagnóstico e indicar as principais linhas que o novo governo pode desenvolver. Tais linhas enfrentariam as contradições, aproveitando, porém, a volta do crescimento. O ano que se inicia será melhor que o que acaba de findar. Talvez a frase jornalística que melhor expressa o otimismo contido é “Terra à vista”, do peessedebista José Serra. Sua previsão: “A combinação de inflação e juros baixos, contas externas controladas e ociosidade elevada, causada pela lentidão da economia doméstica, darão fôlego ao novo governo para garantir crescimento relevante no ano que vem”.

Depois da recessão que marcou 2015 e 2016, com uma queda média de 6,7%, o ano de 2017 foi de um PIB positivo de 1,1%. A estimativa mais provável para 2018 é de 1,5%. A baixa recuperação não alterou sensivelmente a capacidade de produção, que ainda se mantém em 75,7%, “bem abaixo da média dos últimos 20 anos, superior a 80%”, segundo Serra. Entre outros fatores, esse é um dos mais importantes, que fez a inflação ficar próxima à meta de 4,5%. O que permitiu reduzir a taxa Selic, de 14,25%, juros pagos pelo governo Dilma em 2016 aos portadores da dívida pública, para 6,5% ao ano. Serra conclui que a taxa real é de 3%. Em tom triunfal, exclama: “nunca foram tão baixas”. Com uma ociosidade tão alta na produção, o desemprego diminuiu apenas um pouco, com a retomada do crescimento, ficando em 12%, acima da taxa média de 9,5%. Faz parte dos dados e das contas, a reserva cambial de US\$ 380 bilhões. A

redução da taxa Selic retardou o crescimento explosivo da dívida pública, que está em 77% do PIB. O déficit em transações correntes, em 2017, ficou em US\$ 9,762 bilhões. Considerado um bom resultado na última década. Em 2018, o déficit voltou a crescer, chegando a US\$ 17,6 bilhões. O superávit da balança comercial (diferença entre exportação e importação), por sua vez, será menor em 2018. Em síntese, a burguesia e seu novo governo contam com uma melhora, porém, duvidosa quanto à sua sustentabilidade. Assim sendo, Bolsonaro terá condições políticas para aprovar a reforma da Previdência, logo de início, e caminhar com novas medidas que atendam aos interesses do capital financeiro. José Serra, um dos expoentes do PSDB, vale-se da economia política burguesa para apoiar o governo de ultradireita.

É evidente que a retomada do crescimento sob o governo de Temer não passou de um vôo raso. A estimativa de que o crescimento em 2019 pode ser de 2,5% parece otimista; mesmo assim, está longe de reerguer a economia, depois da hecatombe dos três últimos anos do governo de Dilma Rousseff. Tem sido assinalado o perigo do Banco Central dos Estados Unidos aumentar a taxa de juros e, assim, desguarnecer o Brasil de dólares. O que dificultaria ao governo Bolsonaro atingir o objetivo de equilibrar as contas públicas, reduzindo ao máximo possível o déficit público, que está estimado em R\$ 125 bilhões para 2018. Há um fator que pode agravar ainda mais as dificuldades de crescimento da economia brasileira, que é a tendência dos Estados Unidos perderem fôlego e as demais potências continuarem cedendo à retração e à estagnação.

A economia política da burguesia, nesse quadro, é a de continuar descarregando a crise do capitalismo sobre a maioria explorada. Os politiquinhos e analistas vendidos que desejam sucesso a Bolsonaro evitam identificar as travas conjunturais e estruturais da tendência geral da economia do Brasil semicolonial ao baixo crescimento e à estagnação. Não faltam dados que comprovam o raquítico desempenho do PIB per capita, que é principal indicador do desenvolvimento das forças produtivas. Apenas 1,1% ao ano, nas duas últimas décadas, segundo o economista Roberto Macedo.

Os governos, após a ditadura militar, não têm feito outra

coisa senão impor medidas que são ditadas, não pela produção, mas sim pelo capital financeiro parasitário. A dívida pública e a pesada carga de juros funcionam como uma âncora para as forças produtivas. A estrutura latifundiária altamente concentrada mantém o País na condição de produtor primário, voltado ao mercado externo. O controle dos ramos chave da produção pelas multinacionais amarra a economia nacional aos limites das forças produtivas mundiais. O desperdício de uma importante parcela da força de trabalho, relegada ao subemprego e ao desemprego, contribui para fortalecer a inércia econômica. O salário mínimo de fome, que baliza a superexploração do trabalho, mantém milhões e milhões na pobreza e miséria. A manutenção das desigualdades regionais comprime a produção e o mercado interno. O alto consumo, limitado a uma camada da classe média, não tem como alterar o padrão de consumo, de forma a potenciar a produção. As últimas estatísticas mostram que o avanço da pobreza e da miséria se encarregam de expressar a crise estrutural do capitalismo.

Na fase do capitalismo imperialista, em que recrudescem o saque e a opressão das potências sobre as semicolônias, a economia política da burguesia não tem como promover reformas em favor do proletariado, dos camponeses e da classe média urbana arruinada. Alterações como as da reforma trabalhista, lei da terceirização, Previdência, etc. voltam-se contra antigas reformas levadas a cabo pela própria burguesia, que assim o fez de acordo com as necessidades das forças produtivas e premiada pela luta de classes. Esse caminho não remove as travas do crescimento, ao contrário, as reforça.

A classe operária está diante da necessidade de encarnar sua própria economia política. Tem seu programa elaborado e edificado pelo socialismo científico. O estudo e o conhecimento das leis que levaram e continuam levando o capitalismo à desintegração mundial estão à disposição do proletariado e de sua vanguarda. Essa conquista do marxismo se deu sobre a base das experiências internacionais e particulares de cada país. O problema está em que somente pode ser encarnada pelo partido-programa. A luta programática contra o governo antinacional e antipopular de Bolsonaro permitirá avançar a construção do partido e, assim, da independência de classe dos explorados.

Centralização autoritária conduz à reforma ministerial de Bolsonaro

Finalmente, o novo governo contará com 22 ministérios. Não teve como cumprir a promessa de reduzir de 29 para 15. O rearranjo final dependeu da força e pressão de seus apoiadores. No computo geral, privilegiou o capital financeiro, agronegócio, corporações policiais, militares e igrejas evangélicas.

Alguns objetivos políticos e ideológicos ficaram bem visíveis. Dissolveu ou desfigurou ministérios e secretarias inconvenientes à diretriz ultraliberal e à orientação ditatorial do governo. Duas linhas de ação foram estabelecidas como alvos principais: a trabalhista e a agrária. A explicação de que se tratava de reduzir o número de ministérios para perseguir o objetivo do ajuste fiscal não passou de uma máscara.

A mais importante alteração foi a que liquidou o Ministério do Trabalho. A reforma trabalhista de Temer abriu caminho para se desfazer da justiça do trabalho. O próximo passo, anunciado por Guedes, é a de acabar, de uma vez por todas, com a CLT. Os assalariados perdem direitos e os capitalistas

ganham total liberdade para explorar a força de trabalho. Esse desmonte será ampliado com a reforma da Previdência.

O Meio Ambiente, por sua vez, perdeu o status de ministério, e foi esvaziado. A meta mais ambiciosa, porém, é a de varrer a Funai e o Inca. O primeiro voltado à “integração” das nacionalidades índias. Esse foi o sentido dado a esse organismo, criado em 1967, pela ditadura militar. A política de demarcação de terras, constituída pelo reconhecimento da Constituição de 1988 sobre a ascendência das nacionalidades índias, tornou-se um grande problema para a burguesia, uma vez que sua fração latifundiária, oligárquica e agroindustrial não a assimilou. Um dispositivo constitucional previa cinco anos para cumprir as demarcações. Há muito custo se realizou parte dessas demarcações. Não é preciso relatar a enorme resistência dos fazendeiros em admitir a legalização das áreas indígenas, que passaram por longo processo de reconhecimento. A ditadura civil de Temer se encarregou de reverter esse processo, que foi

impulsionado no governo Lula. Anteriormente, Dilma Rousseff se deparou com a resistência da agroindústria, extração e mineração. Não por acaso, esses setores se empenharam na derrubada de seu segundo governo. A reforma ministerial de Temer desfechou um primeiro golpe na Constituição. Agora, Bolsonaro se colocou pela revogação geral. O Ministério da Agricultura, assumido pela ruralista Tereza Cristina, dará cabo desse objetivo.

O mesmo se passa com o destino do Incra. Organismo esse também criado pela ditadura militar para responder à questão camponesa, que tanta importância teve para o golpe de 1964. A criação de um ministério voltado à reforma agrária, separado do Ministério da Agricultura, refletiu as divergências no seio da burguesia e de seu Estado quanto à questão fundiária. O movimento camponês de ocupação de terras acentuou os conflitos interburgueses de como tratar a luta de classes no campo. A própria ditadura havia criado o Estatuto do Índio e o Estatuto

Notas sobre o novo governo

da Terra. Verificou-se que não era possível passar da legislação à prática. Nenhum governo burguês foi capaz de quebrar a resistência dos latifundiários. A potenciação da agroindústria, nas últimas décadas, comprometeu de vez as desapropriações e os assentamentos agrários, erroneamente chamados de reforma agrária. O governo Bolsonaro tem um de seus pés apoiado na fração burguesa agrária e outro no capital financeiro. Observa-se como Temer estabeleceu um novo marco na política burguesa. O governo Bolsonaro tão somente vai segui-lo. Conta com a vantagem de ser instituído pelas eleições. Utilizará esse capital político, que Temer não teve, para recrudescer a centralização autoritária, iniciada com o golpe de 2016.

São três frentes de ataques: à classe operária, aos camponeses e às nacionalidades índias. Essa ofensiva evidenciará ainda mais à maioria oprimida a necessidade de estabelecer aliança operário-camponesa para enfrentar a política antinacional e antipopular de Bolsonaro.

Protesto oposicionista

PT, PCdoB e PSOL decidiram não participar da posse de Bolsonaro. PSB e PDT não foram tão claros. Sabe-se que suas direções não compareceram, mas alguns de seus deputados, sim. O mínimo que o PT e aliados poderiam fazer era desconhecer a cerimônia bolsonarista. Seria o cúmulo da sem-vergonhice tomar parte do coro dos asseclas do ultradireitista e fascizante.

O boicote oposicionista, porém, não deixou de expor a miséria política do PT e PCdoB. Os petistas, em uma nota, se viram na obrigação de dar uma satisfação à burguesia sobre o seu ato. O protesto não deveria ser interpretado como rejeição ao resultado da eleição. Tanto o PT, quanto o PCdoB, veem legitimidade no novo governo. A deputada Jandira Feghali, PCdoB, foi mais longe. Eis: *“Não é um boicote, até porque respeitamos o resultado das urnas. É a decisão política de não ir”*. Se as eleições deram lugar *“a um governo autoritário, antipopular e antipatriótico”* – como caracteriza a nota dos líderes do PT na Câmara –, deve-se considerar como *“resultado das urnas”* e *“fato consumado”*. Ou seja, Bolsonaro constitui um governo legítimo, distintamente do caso de Temer.

O conteúdo da nota do PT e da declaração da deputada do PCdoB explica, por si só, por que essa atitude política foi inconsequente e banal. Teria mais sentido se comparecessem unidos para rechaçar, em alto e bom som, o governo fascizante de Bolsonaro. Melhor ainda, se organizassem atos em todo o País. Não podiam agir dessa maneira, porque contestariam a legitimidade do governo, embora tivessem denunciado o caráter antidemocrático da disputa eleitoral.

Lembremos que o PT e aliados, logo após o golpe de Estado, levantaram a bandeira de eleições presidenciais para retomar a normalidade democrática. A burocracia sindical da CUT levantou a bandeira de constituição de um governo legítimo, para assim negociar as reformas. Temer concluiu sua transição, cumpriu o calendário eleitoral, preparou o caminho para o novo governo e transferiu a faixa presidencial a Bolsonaro. Se Lula não tivesse seus direitos políticos cassados, fosse candidato, as eleições não contassem com falcaturas e Bolsonaro vencesse, os petistas diriam que as eleições foram democráticas e o governo eleito, legítimo. Certamente, ficariam em dúvida se compareceriam ou não à solenidade. Ocorre que as eleições

não foram democráticas, no entanto, para o PT, o governo é legítimo. Não tiveram, assim, dúvidas que não deveriam comparecer, sem caracterizar a ausência como boicote.

Esse raciocínio tortuoso é típico de um partido integrado à democracia formal burguesa, cuja existência depende de eleições e de ocupar postos no Estado. O PT e aliados poderiam denunciar o caráter fraudulento das eleições e questionar a legitimidade do governo eleito. Nem por isso deixariam de ser um partido integrado à democracia burguesa. A diferença é que essa coerência política expressaria uma oposição democrática burguesa consequente. Ao contrário, ao reconhecer a legitimidade de um governo gestado pelo golpe de Estado, o PT, PCdoB, etc. expõem suas vísceras em avançado estado de putrefação.

Até aqui, mantivemos a crítica no campo da democracia e da constituição de um novo governo burguês. A caracterização de governo legítimo ou ilegítimo se prende a esse quadro. A política do proletariado não se guia por tais considerações. Para ela, o fundamental é caracterizar o governo. É saber quem é e o que fará seu inimigo de classe. Não distingue os governos do PT dos demais governos por serem mais legítimos, para impor medidas contrárias aos interesses dos explorados. Lula e Dilma não tiveram mais legitimidade que Fernando Henrique Cardoso para realizarem reformas na Previdência. E Bolsonaro não será menos legítimo que FHC, Lula e Dilma para impor suas medidas antipopulares.

A noção burguesa de legitimidade tem a ver com a política de colaboração de classes. Para os reformistas, os mecanismos democráticos são meios para os partidos, a burocracia sindical, os movimentos e as corporações patronais negociarem medidas antioperárias e antipopulares. Nenhum governo é legítimo para exercer a ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada, e decidir o destino de sua existência.

O PT e PCdoB se colocaram diante da posse de Bolsonaro como típicos democratas pequeno-burgueses serviçais da democracia burguesa e covardes diante de um governo militarista e fascizante. O problema dessa conduta está em que controlam e manejam a maioria dos sindicatos e movimentos. A vanguarda terá de dar um duro combate à passividade das direções que condicionam as organizações operárias, camponesas e estudantis à democracia burguesa.

Reduzida presença de chefes de Estado no cerimonial

O baixo comparecimento de chefes de Estado na posse de Bolsonaro evidenciou a pouca importância ou desprezo ao novo governo. A figura que deu visibilidade ao acontecimento foi a de Beinyamin Netanyahu, Primeiro-ministro de Israel. Sua presença teve um objetivo definido: incentivar Bolsonaro a cumprir a promessa de campanha de transferir a embaixada brasileira para Jerusalém. Não há interesse maior do Estado sionista que o de consolidar a posse de Jerusalém. Assim, Israel avançará sobre o que resta da Palestina. Trump, por sua vez, tem nessa decisão, caso seja realizada, um trunfo a seu favor. Nada ficará devendo a Bolsonaro, que age como um serviço dos Estados Unidos. Netanyahu aproveitou para fazer proselitismo sionista e amarrar suas relações com os evangélicos.

O representante dos Estados Unidos, Mike Pompeo, secretário de Estado, movimentou-se discretamente. Quanto mais ficar na sombra, melhor para arrematar os bolsonaristas em torno à investida contra o governo da Venezuela. Antes da posse, os Estados Unidos confabularam com Bolsonaro sobre como o Brasil pode contribuir para o desenvolvimento da estratégia norte-americana para a América Latina.

Os demais representantes serviram, em boa medida, para colorir de simbologia a orientação ultradireita de Bolsonaro. Entre eles, se destaca o Primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, interessado em projetar a xenofobia e sua política de repressão aos imigrantes. O direitoista Sebastián Piñera fez questão de comparecer, uma vez que o Chile é tomado como modelo neoliberal. Chamou a atenção a ausência do presidente Macri, representado pelo chanceler Jorge Faurie. Ocorre que o ministro da Economia, Paulo Guedes, indicou uma mudança de atitude do Brasil perante a Argentina.

Desse quadro dantesco, pareceu destoar Evo Morales, presidente da Bolívia. Isso porque, até há pouco tempo, Morales fazia parte do movimento nacional reformista, que agrupava

Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai e Equador. Essa aliança foi despedaçada. A Venezuela e Cuba receberam o prêmio da discriminação. Desconvidados, deixaram Morales sozinho, acompanhado apenas por Tambaré Vázquez, do Uruguai. A vinda de Morales para prestigiar a ascensão da direita fascizante reflete a profunda dependência da Bolívia ao Brasil e a orientação ditatorial de seu presidente.

É preciso ainda assinalar a atitude cordial da China. Não se fez representar na posse, mas, Ji Bingxuan, do Comitê Permanente da Assembleia Popular da China, entrevistou-se com Bolsonaro para desfazer a má impressão deixada pela acusação de que “a China pode comprar no Brasil, mas não pode comprar o Brasil”. Não importa o quão ridículo é esse aforismo. O que interessa aos chineses é evitar que Bolsonaro sirva à guerra co-

A vinda de Morales para prestigiar a ascensão da direita fascizante reflete a profunda dependência da Bolívia ao Brasil e a orientação ditatorial de seu presidente.

mercial de Trump. Não custou nada ao Sr. Bingxuan elogiar a primeira dama por ter feito um discurso para surdos. São manifestações prosaicas, que refletem a intensificação de profundos conflitos comerciais.

Para arrematar essa tosca pintura, o ministro das relações exteriores, Ernesto Araújo, soltou uma de suas frases eruditas: “O problema do mundo não é a xenofobia, e sim a oikofobia”, que quer dizer ódio ao próprio lar.

Se não fosse a orientação do governo militarizado, de perfilar-se por detrás dos Estados Unidos, nada disso teria qualquer transcendência. Bolsonaro, para ir em frente com essa política, terá de sufocar a oposição democratizante e conter a revolta dos explorados à base da força policial. As bandeiras democráticas que se opõem ao avanço da fascistização do governo e as bandeiras anti-imperialistas deverão ser empunhadas pela classe operária e a maioria nacional oprimida.

Regional do Ceará

Abaixo o mandado de prisão contra Cesare Battisti! Não à extradição! Pelo direito de asilo político!

O exilado político italiano Cesare Battisti, legalmente vivendo no Brasil, desde 2010, está com mandado de prisão em aberto pela PF, desde o dia 14/12, para que seja preso e extraditado para a Itália, a pedido do reacionário governo italiano.

Há um ano, o governo da Itália, aproveitando-se da onda direitoista no Brasil, pediu a revisão da decisão presidencial de Lula, que por lei, concedeu o direito de asilo permanente.

Passados mais de 5 anos, o que tornaria a decisão irrevogável, o governo golpista de Temer, com ajuda do STF, decidiu, em 14 de dezembro, publicar o ato de extradição de Battisti. Trata-se de uma decisão de caráter político, que

é parte do ataque aos movimentos sociais e organizações de esquerda.

Os supostos crimes de Battisti na Itália são de natureza política, isto é, eram parte da luta contra a burguesia e seu aparato repressivo. Embora com métodos equivocados (terror individual), Battisti combateu ao lado dos explorados contra os exploradores assassinos.

É tarefa dos movimentos sociais, da CUT, CTB, PT, MST, UNE, UBES, lutarem e organizarem a campanha pelo direito de asilo a Battisti e denunciar o ato covarde dos governos reacionários do Brasil e Itália. O POR se coloca pela revogação imediata do mandado de prisão e da ordem de extradição e em defesa de Cesare Battisti!

Rondônia / Prefeito Hildon Chaves ataca servidores com retiradas de gratificações

O prefeito de Porto Velho, mais uma vez, assina parecer, retirando gratificações dos servidores em período de férias, licença prêmio e de saúde. Gratificações essas que são auxílio alimentação e auxílio transporte.

Desde que assumiu a prefeitura, em 2017, o prefeito vem impondo medidas que atingem duramente as condições de vida e trabalho dos servidores municipais. Uma das primeiras medidas foi a da tentativa de retiradas do quinquênio, um direito adquirido. Na época, enfrentou uma greve de servidores. Além de arrancar conquistas, os servidores de todas as secretarias têm enfrentado perseguições.

No ano de 2018, os trabalhadores em educação entraram em greve, que tinha como reivindicações básicas a defesa da reposição salarial e das melhorias das condições de trabalho e ensino nas escolas. O movimento não ganhou força suficiente para derrotar a política do prefeito, porque não contou com uma direção sindical à altura de preparar e organizar uma

greve verdadeiramente combativa. O prefeito aproveitou para descontar os dias de paralisação da greve e manter a rejeição de reajustar os salários. Após a greve, mesmo com os trabalhadores revoltados com a conduta autoritária do prefeito, a burocracia sindical se dedicou de corpo e alma na campanha eleitoral, visando a eleger seus candidatos. Resultado: aumentou o descontentamento dos servidores municipais para com o sindicato. Isso por que não conseguem distinguir o sindicato de sua direção burocrática.

A Corrente Proletária vem travando um combate para erigir uma oposição classista. Não uma oposição que surge às vésperas da eleição do sindicato. Mas uma oposição apoiada em um programa de luta, no método da ação direta. Sem fortalecer essa vanguarda mais consciente, não é possível enfrentar a burocratização do sindicato. Não é possível construir um forte movimento para enfrentar os ataques dos governos, e defender a educação pública.

Rondônia / Responder com luta ao novo algoz dos trabalhadores

Marcos José Rocha dos Santos (PSL) é o novo governo bolsonarista, que tomou posse do governo do estado. No discurso de posse, exaltou a unidade da polícia, dizendo que é preciso que “tenha poder de ação e possa fazer o seu trabalho” e que é preciso o apoio dos parlamentares nessa tarefa. Como político, recheou seu pronunciamento de pieguice e de religião. Para isso, contou sua história de menino pobre, que viveu a infância junto a outras crianças, que estão obrigadas a comer farinha com sal e água. Tudo para comover a plateia de apoiadores de que está diante de um governador que sentiu na pele a miséria e sabe como pode vencê-la. Encerra a teatralizando, pedindo que população não acredite nas mentiras e “quando a mídia do mal for querer destruir, olhe o facebook, que a verdade está lá”. O que de concreto existiu foi seu compromisso de seguir Bolsonaro em suas medidas e reformas.

Lamentavelmente, os partidos, os movimentos e os sindicatos

de oposição não organizaram nenhuma manifestação contrária ao governador policial do PSL. É preciso reverter esse quadro de apatia, que vem sendo imposto pelas burocracias sindicais e seus partidos. O fato é que estamos diante de governos militaristas e fascizantes. Bolsonaro já iniciou os ataques. A reforma da Previdência e o aprofundamento da reforma trabalhista foram promessas de campanha. Com três dias de governo, Bolsonaro anunciou as duras regras para a aposentadoria e o fim da já débil justiça do trabalho. O governador de Rondônia seguirá fielmente o que vem sendo implantado por Bolsonaro-Guedes.

A Corrente Proletária defende que os sindicatos convoquem imediatamente as assembleias, que se constituam os comitês de base e que aproveemos o caminho do enfrentamento, com os métodos dos explorados, as reformas e medidas dos governos bolsonaristas.

Salário mínimo, desemprego e subemprego condenam milhões à pobreza e à miséria

A primeira medida de Bolsonaro foi o decreto que institui o salário mínimo de R\$ 998,00. Uma correção de R\$ 44,00, passou de R\$ 954,00 para R\$ 998,00. Sequer aceitou o valor indicado pelo Congresso Nacional, que era de R\$ 1.006,00. O salário mínimo é usado como base para os benefícios assistenciais e previdenciários. Lembremos que 2/3 dos aposentados e pensionistas recebem 1 a menos de 1 salário mínimo. São milhões que dependem unicamente desse miserável salário. Lembremos, também, que a correção foi de 3,5%, enquanto o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal foi de 16%. Elevou o salário dos marajás, de R\$ 33.700,00, para R\$ 39.300,00. Assim passam a ganhar quase 40 salários mínimos. Isso sem contar com as ricas benesses do cargo.

Faz parte do programa antipopular do ultradireitista, Paulo Guedes-Bolsonaro, tratar a ferro e fogo a maioria explorada. Não por acaso, já anunciou que cortará o abono salarial, pago para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até dois

salários mínimos. Que fará a reforma da Previdência, alterando por meio de Medidas Provisórias as regras que não dependem de mudanças constitucionais. E que é preciso ir mais fundo na reforma trabalhista, que já é uma brutalidade para os assalariados.

Certamente, a maioria dos explorados não tem a dimensão dos ataques que estão sendo impostos, e os que serão implantados logo mais. Essa massa que votou em Bolsonaro está embevecida pelos arroubos de moralidade do ditador e de sua camarilha de militares, e pelos acenos divinos. Sentirá, rapidamente, as duras medidas contra sua existência. Para conter o descontentamento, o novo governo dependerá unicamente da ação domesticadora das igrejas evangélicas.

As medidas e reformas de Bolsonaro-Guedes serão aplicadas numa realidade extremamente dura. São 12,2 milhões de desempregados. O subemprego atinge 27 milhões, e continua crescendo. Dos que estão no mercado de trabalho, 11,7 milhões não tem

carteira assinada. A reforma trabalhista de Temer só fez crescer a informalidade, a terceirização e o trabalho temporário (intermitente). Essa situação se choca com as ilusões dos explorados, ludibriados pelo recém empossado governo.

Como a crise econômica não dá trégua, e os dados de crescimento do País são débeis, Bolsonaro continuará impondo mais sacrifícios aos milhões de oprimidos. Terá de ir fundo nas medidas antipopulares e antinacionais. E manterá o curso de favorecimento ao capital financeiro e à grande burguesia nacional e estrangeira. O pagamento da extraordinária dívida pública terá de sair do lombo dos trabalhadores e da grande maioria de aposentados e pensionistas. Terá de sair dos parques recursos da

saúde e educação públicas.

É necessário, sem demora, levantar um programa de reivindicações de defesa da vida dos explorados e de contra-ataque à política ditatorial e obscurantista de Bolsonaro. Qualquer corporismo, qualquer concessão ou qualquer adiamento da luta, organizada e independente, será uma traição à classe operária. Um dos pontos do programa é a defesa do salário mínimo vital, que corresponde ao valor que de fato garanta a sobrevivência da família trabalhadora. Nada de salário mínimo de fome! O salário mínimo de Bolsonaro perpetua a miséria de milhões! Fim da reforma trabalhista e da lei da terceirização! Derrotemos nas ruas as reformas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro-Guedes!

(Quinzena Operária)

Braskem: combater as demissões com a redução da jornada, sem redução dos salários

Como havíamos informado no Jornal Massas, a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção e Imobiliário de Santo André e Região, ligado à CUT, realizou uma assembleia com os operários da Manserv, Odebrecht, RIP, Imoterpa e Schiarelli. Todas elas prestam serviços para a Braskem.

A direção do sindicato informou que, em 2019, na campanha salarial, a luta pela PLR e aumento do vale alimentação seria unificada. Informou ainda que os operários deveriam se preparar para se mobilizar, para arrancar dos patrões as reivindicações, e que seria um ano difícil. As empresas não esperam 2019. Dia 18 de novembro, a Odebrecht demitiu mais de 100 trabalhadores e a Manserv, 200. São mais de 300 operários que perderam seus empregos. A única fonte de renda que tinham para levar o prato de comida à família.

Na sociedade capitalista, os operários contam com a força de trabalho para vender em troca de um salário, que cada dia é

menor. Perder o emprego é o pior que pode acontecer.

Depois do palavrado da campanha salarial, o sindicato desapareceu. Nada fez para impedir as demissões. Os operários esperavam uma resposta do sindicato para enfrentar as demissões.

A defesa dos empregos se torna cada vez mais questão de vida e morte, principalmente depois da reforma trabalhista e da lei da terceirização. Ainda há como enfrentar as demissões. No interior da fábrica e fora dela, devemos organizar um comitê de luta. Assim, podemos exigir que o sindicato convoque imediatamente uma assembleia geral, com a participação dos trabalhadores de todas as empresas que prestam serviços à Braskem. A luta deve ser agora. A bandeira para combater as demissões e defender os empregos é a da redução da jornada, sem redução dos salários. Defender a divisão das horas necessárias para produzir entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho.

Derrotar a reforma trabalhista na Lorenzetti e demais empresas

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo informou que a Lorenzetti, depois de muita resistência, assinou o acordo coletivo de 5% de reajuste, abono de 10% em duas vezes e a manutenção das cláusulas sociais. Em assembleia na porta da fábrica, a direção sindical havia denunciado que a empresa queria acabar com a estabilidade para os operários que têm problemas de saúde, sequelas por acidente de trabalho e por doenças profissionais. Queria, também, fazer a homologação dos demitidos na própria fábrica, para fazer a conta a seu favor. Pelo o acordo coletivo, a homologação deve ser no Ministério do Trabalho, ou no sindicato. A empresa queria aplicar a quitação anual, criada pela reforma trabalhista, que permite demitir operários que ganham mais por meio de acordo e recontratar pagando menos. Por outro lado, a empresa pressiona os operários a darem baixa no sindicato e negociarem individualmente com a empresa.

Os operários não podem cair na conversa do patrão. O sindicato foi criado pela classe operária para lutar contra a exploração capitalista. É um instrumento importante para organizar e coletivizar a luta pelas reivindicações. É necessário resgatar o sindicato para as mãos dos trabalhadores. O problema não está nos sindicatos. O problema está nas direções, nos dirigentes sindicais

vendidos e corruptos, que deixaram de defender os interesses dos trabalhadores e passaram a negociar as demissões e a retirada de direitos. Os trabalhadores devem expulsar esses vendidos e traidores da direção dos sindicatos e construir as comissões de fábricas, de luta, classista e revolucionária em todas as empresas.

A direção do sindicato faz críticas à empresa, mas se limita a isso, não organiza a luta de forma consequente. O que vem acontecendo na Lorenzetti indica que a reforma trabalhista acaba com as campanhas salariais, e favorece a superexploração da força de trabalho. A direção sindical se mostra impotente, incapaz e desinteressada em organizar a greve.

O ataque anunciado pelo governo ditatorial e facistizante de Bolsonaro coloca a necessidade de organizar o movimento operário de forma independente, baseado na democracia das assembleias e com método próprio de luta (greves, ocupações de fábrica, manifestações de rua, bloqueios, etc.).

O que está acontecendo na Lorenzetti acontece em muitas fábricas. Defendemos que os sindicatos unifiquem as lutas. Nossa campanha é a de uma frente única de todos os explorados para derrubar a reforma trabalhista, a lei da terceirização, e impedir a aprovação da reforma da previdência.

Carta das Centrais Sindicais a Bolsonaro

Continuidade da política de conciliação de classes

As principais Centrais Sindicais enviaram, no dia 1º de janeiro, uma carta ao empossado Presidente da República. Nela, a direção da CUT, FS, CTB, NCST, em tom respeitoso, enumeraram os graves problemas, como alto índice de desemprego, subemprego, aumento da informalidade, reforma trabalhista e previdenciária. Além disso, no mesmo tom, falam da política de valorização do salário mínimo, do abono salarial e outros aspectos nocivos à maioria dos trabalhadores.

Indiretamente, procuram fazer uma crítica velada à política liberal de querer jogar o peso da crise econômica nas costas dos trabalhadores, sem sequer mencionar a ultradireita, Guedes-Bolsonaro. Conclui a carta informando que os sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais *“não abdicarão do direito constitucional e democrático de defender e lutar por um programa que contemple a geração de trabalho decente, a valorização do salário mínimo e o fortalecimento das negociações coletivas”*. O tom respeitoso da burocracia sindical sinaliza a disposição de

continuar com a política de conciliação de classes, portanto, de fazer oposição propositiva às medidas e reformas do governo francamente pró-imperialista.

Como se vê, a classe operária e demais explorados terão dois obstáculos para enfrentar. De um lado, as violentas reformas do governo direitista e, de outro, uma burocracia sindical traidora. Daí a importância da vanguarda se organizar, exigir a convocação de assembleias, impor a democracia operária no movimento e, acima de tudo, erguer os comitês de luta. A burocracia só se movimentará caso haja uma enorme pressão das bases e caso o governo faça como Temer fez, diante da reforma trabalhista, de não ouvir as centrais. Mesmo assim, o movimento tem de ganhar independência, libertando-se da política nefasta da conciliação de classes e impondo a política proletária, que tem como método a defesa das reivindicações vitais, o combate às reformas antinacionais e antipopulares e a ação direta, expressa por meio da greve, ocupação, bloqueios, etc.

Combater o desemprego erguendo a bandeira da escala móvel das horas de trabalho

A lenta recuperação econômica não derrubou os altos índices de desemprego. São 12 milhões de desempregados e 27 milhões subempregados. O ano inicia com indicadores de baixo crescimento. Os dados do Dieese mostram que, em média, para que o mercado de trabalho atinja o número de vagas formais de 2010 (2,6 milhões), seria preciso um crescimento de 7%. Para a criação de 10 milhões de vagas, seriam necessários 7% em quatro anos consecutivos. Essa possibilidade está muito longe de acontecer. Muito pelo contrário, as perspectivas de crescimento do PIB, com generosa quantia de otimismo, chegarão, no máximo em 3%, para 2019. Os dados dessa pesquisa dizem que a diminuição de 2% na taxa

de desemprego está relacionada ao aumento do trabalho informal. Portanto, uma sinalização da implantação da reforma trabalhista, que ampliou a terceirização e os contratos temporários.

A defesa do emprego é a defesa da existência da maioria explorada. É nossa tarefa combater a reforma trabalhista, que favoreceu unicamente os capitalistas, facilitando as demissões, a rotatividade, o rebaixamento salarial e a terceirização em larga escala. A bandeira da escala móvel das horas de trabalho, redução da jornada sem redução dos salários, para que haja empregos formais a todos, é fundamental para unir os empregados e desempregados, numa só luta.

Operários mostram disposição de luta

Diante da resistência do patronato de prorrogar o Contrato Coletivo e de reposição salarial (2,5%- ICV-Dieese, mais 2% de aumento real), o descontentamento cresceu entre os operários da Congás. O sindicato (Sindigasista) realizou uma assembleia, em 21/12. Essa empresa foi privatizada desde 1999 e, agora, aproveita a reforma trabalhista para cortar direitos contidos no Contrato Coletivo. Ofereceu um reajuste menor que a inflação, recusa-se a repor as perdas salariais, e impõe

R\$ 500,00 de bônus. A assembleia deliberou paralisações “de alerta”, de duas a quatro horas, em todos os locais de trabalho, no dia 28, como forma de pressão para a abertura de negociação. Determinou, caso não haja sinalização por parte da empresa, que haveria novas paralisações, no dia 4 de janeiro. Por fim, persistindo a intransigência, no dia 11, teria início uma greve por tempo indeterminado. Como se vê, a burocracia faz essas paralisações de horas, tentando evitar a greve por

tempo indeterminado. Assim que o patronato chamar para negociar e uma quirela sair dessa mesa, o movimento é suspenso.

Aí está o perigo! A experiência com essas paralisações pipocas é já conhecida da classe operária. E o resultado tem sido de derrota para os operários e, em seguida, vêm as demissões dos lutadores. Sem uma verdadeira luta, organizada desde as bases, que paralise a fábrica e ganhe as ruas, não será possível enfrentar o plano do patronato.

Pernambuco:

Demissão massiva em Suape, calote da empresa e traição do sindicato

No dia 10 de dezembro, 1.200 operários da empreiteira Qualiman Engenharia e Montagens receberam, pelo whatsapp, a notícia de sua demissão. Não puderam entrar na Refinaria Abreu e Lima (Rnest), nem mesmo para pegar seus pertences pessoais. A empresa que prestava serviço à Petrobras já estava com o 13º dos operários em atraso. Com a rescisão do contrato, alegando descumprimento por parte da Petrobras, ficou um passivo trabalhista de R\$ 16 milhões em verbas rescisórias. Os trabalhadores já viram este filme. Essa é a realidade das empresas terceirizadas. A Qualiman já atuou na construção do Comperj, onde a mesma coisa aconteceu. E, em Suape, em 2014, houve uma desmobilização coletiva com 40 mil demitidos, somando todas empreiteiras. Muitas, até hoje, não pagaram os direitos trabalhistas. No empurra-empurra entre a terceirizada e a Petrobras, são os trabalhadores que ficam no prejuízo. É parte das manobras das terceirizadas para sugar os recursos do Estado, que jorraram com as obras do PAC, com base nos recursos do BNDES e, agora, com os bolsos cheios, deixam os trabalhadores na miséria.

A Qualiman era responsável pela construção da unidade de abatimento de emissões (Snox), uma das partes importantes para que a refinaria funcione com carga total. Essa rescisão acarretará em um maior atraso na conclusão da refinaria, que ainda opera com apenas um trem, 100 mil barris de petróleo por dia, e, com a capacidade total, chegaria a 115 mil por dia, para cada linha ou trem de produção. A Petrobras tinha anunciado, dias antes, que em seu Plano de Negócios e Gestão 2019-2023 concluiria a entrega de dois trens para Rnest. A construção da refinaria já leva dez anos, e consumiu US\$ 20 bilhões. Com esta rescisão, se alongará mais, e custará mais caro.

Dez anos de resistência contra as desgraças de Suape

As promessas de desenvolvimento vindas com as obras da refinaria e do porto de Suape mostram que, enquanto as empreiteiras lucraram muito, e os políticos embolsaram uma fortuna com seus esquemas, os oprimidos e explorados da região foram sugados, e estão arcando com a crise. Já no início das obras, foram as remoções violentas, com destruição de plantações e moradias. Depois, com a obra em pleno funcionamento, era tamanha a brutalidade da exploração nos canteiros de obras, com baixos salários, agressões, alojamentos precários, que houve uma greve após a outra, chegando às greves levante dos peões dos canteiros.

Em 2008, houve greve de dois dias dos trabalhadores dos serviços de terraplenagem, por conta de salários e horas extras atrasados. Em 2009, dois mil trabalhadores do Estaleiro Atlântico Sul voltaram a parar, por conta do pagamento da Participa-

ção nos Lucros e Resultados. Em 2010, houve novas paralisações no Consórcio Conest, contra diferenciações salariais e plano de compensação de horas e férias. De 2011 a 2013, o ritmo das greves se acelerou. Em janeiro, 7 mil operários da Odebrecht pararam. Em março, foram 30 mil trabalhadores da construção civil pesada. Em agosto, 40 mil da refinaria Abreu e Lima e do Polo Petroquímico de Suape. Formou-se uma greve geral na região. Em 2012, 10 mil operários da Odebrecht pararam em fevereiro. Em agosto, 44 mil cruzaram os braços na Refinaria Abreu e

Lima. E em Outubro, foram 50 mil que pararam, número que cresceu em novembro. E, ainda em dezembro, 1.200 terceirizados da Jaraguá pararam, denunciando a falta de pagamento de benefícios.

As reivindicações eram básicas, diziam respeito a salários, equiparação salarial, pagamento de horas extras, condições dos alojamentos, possibilidade de visitar suas famílias, já que muitos vieram de outros estados. Os trabalhadores exercitaram várias formas de resistência. Atrasavam a troca de turnos, paravam

suas atividades, bloqueavam rodovias e até mesmo incendiavam alojamentos e ônibus.

Em 2014 e 2015, mesmo com uma frequência menor, continuaram a haver as greves e paralisações. Somou-se, nesse momento, a luta contra as demissões ou pelo pagamento dos salários e verbas rescisórias atrasados.

Burocracia sindical traidora

A resposta dos governos do PT, diante das greves levante nas obras do PAC, que se repetiram em outros estados, foi de militarização dos canteiros, com o uso da Força Nacional de Segurança, e envolvimento das centrais sindicais na Mesa Nacional de Negociação com empresas e governo, criada em 2011. A CUT, mais preocupada em exaltar o neodesenvolvimentismo, abandonava os trabalhadores, que escancararam sua condição de exploração nas obras. A Força Sindical, que dirige o sindicato dos trabalhadores da construção civil pesada (SINTEPAV), também responsável pela Qualiman, agiu abertamente a favor das empresas. Seus acordos assinados em

A CUT, mais preocupada em exaltar o neodesenvolvimentismo, abandonava os trabalhadores, que escancararam sua condição de exploração nas obras. A Força Sindical, que dirige o sindicato dos trabalhadores da construção civil pesada (SINTEPAV), também responsável pela Qualiman, agiu abertamente a favor das empresas.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

2012 eram rejeitados pelos operários, que se levantavam expressando a violência do oprimido também contra o sindicato traidor. O sindicato chegou a chamar de terroristas e vândalos os trabalhadores, que usavam a ação direta em defesa de seus direitos. E um segurança do sindicato feriu a bala um operário. Enquanto os trabalhadores passavam até fome, os burocratas com suas barrigas cheias pediam calma e confiança no diálogo e na negociação. Queriam que todos esperassem quietinhos o lengalenga dos trâmites judiciais.

Não confiar na justiça burguesa

A justiça, ainda que vez ou outra dê ganho de causa aos trabalhadores, ante as flagrantes violações de direitos, acaba criando falsas soluções, como o Fórum de Requalificação do Trabalho, criado pelo MPT para responder às demissões, já em 2013. Passada a atenção ao caso, o fórum foi extinto. Não passou de um curativo na sangria desatada do desemprego que, de lá para cá, só cresceu. Essa experiência deve ser lembrada ante as novas demissões.

Mais uma vez, o SINTEPAV age contra os interesses dos trabalhadores. Como os operários foram barrados na empresa, aglomerados em torno dos alambrados da Refinaria, fez uma assembleia no dia 11. Fez mutirão para acelerar as rescisões, como se isso fosse garantir direitos. A ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) exigiu que a Petrobras arcasse com as despesas trabalhistas. Dia 09 de janeiro, haverá nova audiência, mas, se os trabalhadores permanecerem passivos, continuarão a amargar com a miséria que acompanha o desemprego.

Preparar, desde já, a greve para enfrentar a implantação da reforma da previdência municipal

Sob forte repressão policial, a Câmara de Vereadores aprovou a reforma da Previdência no município de São Paulo, em sua última versão, enviada pelo prefeito Bruno Covas (PSDB). Foi necessário fazer com que a Guarda Municipal agisse com os métodos repressivos da Tropa de Choque da PM, usando bombas, gás pimenta, balas de borracha, e agredindo professores e funcionários, que se reuniram em dezenas de milhares em frente ao prédio, para fazer a votação definitiva do projeto. A partir de agora, os professores e demais servidores municipais, inclusive aposentados, serão taxados em 14% de seus vencimentos, e os novos contratados deverão se submeter à Previdência privada. Esse profundo ataque aos trabalhadores se deu sob as botas da repressão. Havia condições para a luta avançar (dezenas de milhares na rua, dias antes do ano novo). Mas, as direções se empenharam em desviar a mobilização para a pressão parlamentar. Um erro que se arrasta desde a greve do início de 2018.

A greve do funcionalismo municipal de São Paulo (dos setores ligados à educação) contra a reforma da Previdência, proposta por Dória/PSDB, em março de 2018, foi encerrada quando o governo adiou a votação do PL-621, que continha o confisco salarial de 14% a 19%, e a Sampaprev. O argumento utilizado foi o da constituição de um Grupo de Estudo para discussão do mesmo.

A promessa de que o Grupo de Estudo teria 120 dias para apresentar uma contraproposta ao projeto não passou de uma falácia. Mal acabaram as eleições, em outubro de 2018, a Sampaprev voltou à tona. O prazo de 120 dias foi reduzido para 30 dias.

Resposta proletária

O que é urgente é exigir a manutenção dos empregos. Que todos os terceirizados da Qualiman e outras empresas prestadoras de serviços sejam efetivados. Que seja reduzida a jornada de trabalho para incorporar todos trabalhadores disponíveis (escala móvel das horas de trabalho). Que seja garantido o salário suficiente para uma família trabalhadora (salário mínimo vital). Os capitalistas sempre dizem que isso não é possível, usam a crise do capitalismo para convencer os explorados a se sacrificarem ainda mais. Temos de dar um basta a isso. A luta por emprego é uma luta de vida e morte para os operários. Com o desemprego, vem todo tipo de desgraça para a família operária. As empresas lucram bilhões de dólares, enriquecem, sugam o trabalhador e depois descartam como bagaço. Para frear isso, só a força coletiva da classe operária. Se não nos deixam entrar na refinaria, paremos as rodovias de acesso. Exijamos dos sindicatos que unam empregados e desempregados, efetivo, contratados diretos e terceirizados em assembleias unificadas, que criem seus comitês de luta pelos empregos, salários e direitos. Mas, saibamos desde já que será necessário organizar uma oposição sindical firme para derrotar a pelegada.

Junto com esta luta, é preciso que os trabalhadores em geral se unam pela revogação da reforma trabalhista, da lei da terceirização e que impeçam a reformada previdência e as privatizações tramadas pelo governo de ditadura policial-militar de Bolsonaro.

Não às demissões em Suape! Efetivação dos terceirizados! Pagamento dos salários e direitos! Não à privatização da Petrobrás!

Era evidente que o governo tinha pressa em aprovar a reforma. O problema foi que a direção do sindicato demorou em organizar a mobilização, mesmo sabendo que a comissão havia sido criada em 21/11. Lembremos que a assembleia que decretou o final da greve, em março de 2018, aprovou que quando a Sampaprev voltasse a ser discutido imediatamente se retomaria a greve. Não foi o que ocorreu. Somente em 5/12, foi marcada uma assembleia. Sucessivamente, ocorreram assembleias em 21/12 (último dia letivo do ano) e em 26/12, quando o projeto foi finalmente aprovado, em segunda votação.

Assembleia de 21/12 demonstrou o pacifismo das direções

Na assembleia do dia 05/12, o funcionalismo municipal foi convocado para uma nova assembleia, com paralisação, no dia 21/12. Nesse dia, houve apenas uma audiência pública, sem que a base soubesse se haveria a votação do PL-621 pelos vereadores. A assembleia, com um bom número de trabalhadores, fez uma marcha até a prefeitura.

No dia 21/12, último dia letivo da educação, o movimento contou com cerca de 10 mil manifestantes. No entanto, foi um ato passivo, pois, não foi instalada uma assembleia para deliberação. O calendário da Câmara de Vereadores era de votação apenas nos dias 26 ou 29 de dezembro, quando se encerraria o ano parlamentar. No dia 21, os vereadores utilizaram o costumeiro mecanismo de enrolação. E na madrugada do dia 22, instalaram uma nova

sessão, e fizeram a 1ª votação do PL. A burocracia sindical convocou os servidores para estarem no dia 26/12, já com a certeza de que a 2ª votação do PL iria ocorrer.

Disposição de luta foi enterrada pela burocracia sindical

No dia 26/12, os manifestantes começaram a chegar, a partir das 10 horas da manhã, quando ocorreriam as discussões para a segunda votação da reforma. Foi autorizada a entrada de apenas 67 representantes do funcionalismo, e um número semelhante dos apoiadores do PL-621, compostos, majoritariamente, pelos direitistas do MBL. Com gritos e palavras de ordem, os servidores tentaram impedir o prosseguimento da votação. Porém, sem consequências práticas.

Os vereadores, contrários ao projeto (PSol, PT) e o presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca/PPS, utilizaram a tribuna, na tentativa de convencer os vereadores da base do governo a não votarem a reforma nesse final de ano. O principal argumento utilizado era de que, em 2019, o governo federal iria colocar a Reforma da Previdência para ser votada, exigindo mudanças no cálculo da previdência dos municípios. Por isso, não havia pressa em aprovar o PL neste momento.

Em frente à Câmara de Vereadores, crescia o número de manifestantes. Anunciou-se a presença de 50 mil servidores. O prefeito e os vereadores manobram com a suposta alteração do PL, como forma de “abrandar” o ataque. Ao invés dos 19% contidos no projeto inicial, mantiveram o confisco de 14%. Retiraram, ainda, a proposta do sistema de capitalização para os novos servidores. Mas, não abriram mão de estabelecer o teto máximo de aposentadoria (referência do INSS) para os novos contratados, e o confisco de 14% a todos os servidores.

A partir das 13 horas, os manifestantes, enfurecidos pela certeza de que o projeto iria ser definitivamente aprovado, passaram a enfrentar a polícia. Tentaram, assim, entrar no plenário da Câmara, rejeitando a farsa das senhas. Foram contidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. No plenário, os vereadores da oposição denunciavam a violenta repressão aos servidores, com vários feridos. No entanto, os vereadores prosseguiram a sessão. Dos 50 vereadores, 33 votaram a favor e 17, contra. Estava concluído o golpe aos servidores. A Smapprev e o confisco dos salários foram aprovados.

Atuação da burocracia dos sindicatos

Os servidores estavam representados por diversos sindicatos: Sinpeem, Aprofem, Sedin, Sinesp (da educação) e o Sindsep (dos demais servidores). O que mostra a profunda divisão burocrática do funcionalismo municipal. Os conflitos entre as burocracias eram evidentes. Cada um em seu carro de som procurava controlar a assembleia. A unidade de fato ocorria apenas com a base, que sentia a perda de direitos. O único elemento de convergência entre as burocracias sindicais era a tática da pressão parlamentar, com apoio explícito aos seus mandatos dentro da Câmara.

O Sinpeem, que representa a maioria dos servidores da educação e, consequentemente, dos servidores municipais, controlava os ânimos dos manifestantes. A disposição de radicalização da base e seu apoio à ocupação da Câmara era contida pela ação pacifista da burocracia.

A burocracia não moveu uma palha para organizar a greve, em novembro, quando os vereadores deram o golpe no Grupo de Estudo. Iludiu a classe de que conseguiria prorrogar a votação para 2019, quando os servidores da educação retornariam de suas férias. Convocou um ato para o dia 05/12 e, após pressão da Oposição, converteu em assembleia com paralisação. No entanto, continuou iludindo os trabalhadores de que era possível modificar a situação apenas com a pressão parlamentar.

No dia 26, a tática defendida sistematicamente pela burocracia



Os manifestantes tentaram entrar no plenário da Câmara, rejeitando a farsa das senhas. Foram contidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Os vereadores prosseguiram a sessão. Dos 50 vereadores, 33 votaram a favor e 17, contra. Estava concluído o golpe aos servidores.

cia sindical demonstrou seu limite. Os vereadores, mesmo sob a pressão de milhares de trabalhadores e valendo-se da repressão policial, votaram o PL, que confisca salário e limita o teto dos novos servidores. Está aí a responsabilidade das direções sindicais por não terem organizado um movimento unificado, com os métodos próprios dos explorados, para derrotar o PL do prefeito Bruno Covas.

O papel traidor das Centrais Sindicais

A maioria dos sindicatos do funcionalismo é ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os representantes da burocracia estiveram presentes nas assembleias, mas, apenas para discursar. Nada foi feito para barrar a reforma da previdência no município de São Paulo. Apenas se solidarizavam com a causa, prometendo uma grande luta para o próximo ano. Falaram de uma greve geral nacional para o primeiro semestre de 2019, em função da reforma da previdência, que será aplicada por Jair Bolsonaro. Enquanto isso, o prefeito e seus vereadores estavam de mãos livres para aprovar a reforma.

Não moveram uma palha para a vitória do movimento dos servidores municipais em luta contra a Smapprev. Sabemos que a aprovação da reforma em São Paulo dará força a outros estados e municípios para imporem também a reforma no sistema previden-

ciário. Enfraquece, assim, a luta contra a reforma de Bolsonaro.

Eleitoralismo dos setores da Oposição

As correntes, que fazem parte da Oposição no Sinpeem, PSol, PSTU e Conspiração Socialista foram favoráveis à tal da pressão parlamentar, desde o primeiro momento da greve do primeiro semestre. Dessas correntes, apenas o PSol tinha vereadores na Câmara. Nas assembleias do segundo semestre, não fizeram qualquer esforço para reverter o quadro de apatia plantado pela direção majoritária do Sinpeem. Aceitaram passivamente a orientação de seguir o calendário da Câmara. Sua principal bandeira “Se votar, não volta”, expressava o eleitoralismo dos partidos políticos reformistas e centristas.

No dia 26/12, mesmo antes da votação da Sampaprev, já havia o acordo entre setores da Oposição e a burocracia de uma greve geral do funcionalismo municipal para o dia 4 de fevereiro. No caminhão de som, diante de milhares de manifestantes, a corrente Resistência (MAIS) defendeu greve a partir de 4 de fevereiro. Não foi necessário o burocrata/vereador Cláudio Fonseca fazer a defesa. A assembleia, por ampla maioria, aceitou essa proposta que, no final das contas, abandonava o combate presente.

A Corrente Proletária na Educação defendeu que somente a greve ativa e unitária do funcionalismo poderia barrar a reforma. Mas não teve força para modificar o curso traçada pela burocracia e pelas correntes reformistas e centristas.

Posição da Corrente Proletária

No segundo semestre de 2018, logo que o PL voltou a ser debatido na Câmara, a Corrente Proletária defendeu a necessidade de iniciar a greve geral do funcionalismo municipal. Nos boletins e no carro de som, alertou a classe de que não se podia depositar nenhuma confiança nos vereadores. Que a pressão parlamentar abriria caminho para o imobilismo e alimentava ilusões no parlamento.

Atuou sistematicamente para chamar os setores da Oposição a tomarem a frente do movimento e pressionar a burocracia a convocar a greve, já no dia 05 de dezembro. No dia 26/12, distribuiu uma Carta Aberta à Oposição do Sinpeem, convocando uma plenária geral para discutir o movimento. No entanto, essa proposta foi rejeitada pelas correntes majoritárias da Oposição. Justificavam que não seria possível convocar a classe, em férias, para participar de uma plenária. Que seria melhor fazê-la somente no final de janeiro. Já estava claro que o projeto seria votado e que a Oposição iria aceitar a posição defendida pela burocracia de convocar greve

apenas para fevereiro.

Por fim, defendeu a necessidade da greve imediata do funcionalismo. Principalmente, dos setores que não estavam em férias. E que os trabalhadores da educação não se colocassem em férias, mas mantivessem a mobilização. Depois da votação da reforma, alguns servidores começaram a compreender a importância das propostas defendidas pela Corrente Proletária.

Lições da luta contra a Sampaprev

A greve do primeiro semestre do funcionalismo municipal contra o PL-621 tinha tudo para ser vitoriosa. A exigência de retirada do projeto da Câmara era respaldada por cerca de 100 mil grevistas. Havia, naquele momento, grande disposição de luta para fazer avançar o movimento. Lamentavelmente, a burocracia do sindicato suspendeu a greve sem que o prefeito retirasse o projeto.

A experiência mostrou, mais uma vez, que a submissão do movimento à pressão parlamentar é derrota na certa. Esse é o campo da burguesia, das manobras e do toma lá dá cá. O campo dos trabalhadores é o da luta direta, das greves, das ocupações, portanto, da ação coletiva e das ruas.

Os setores da Oposição se guiaram pelo eleitoralismo. A defesa da via parlamentar por esses setores está diretamente vinculada à defesa de seus “mandatos” na Câmara Municipal. É uma forma de fortalecer seus representantes e sinalizar que, somente votando em candidatos da esquerda, é que será possível resolver os problemas dos trabalhadores. Esse caminho tem levado à derrota de lutas importantes dos explorados. No capitalismo, em sua fase imperialista, não é possível haver reformas progressistas, mas somente reformas reacionárias, que atacam os salários, os direitos e as condições de trabalho da maioria oprimida.

A Corrente Proletária mostrou que a única forma das massas conquistarem suas reivindicações é por meio do método próprio dos explorados. É pelo o método da ação direta que uma parcela significativa do funcionalismo avançará para posições de independência de classe e para o programa revolucionário.

Certamente, a luta não se encerrou com a aprovação da reforma da previdência municipal. Logo mais, o governo ditatorial de Bolsonaro e seu seguidor Bruno Covas terão de ir mais fundo na reforma previdenciária. A greve prometida para fevereiro deve ganhar força com as novas medidas que estão por vir, entre elas o arrocho salarial. Daí a importância de fazer um balanço desse movimento e preparar as condições para enfrentar a ofensiva de governos pró-imperialistas.

Que o 4º Encontro Nacional de Grêmios organize a luta contra os ataques de Bolsonaro

De 06 a 10 de fevereiro, acontece em Salvador o 4º Encontro Nacional de Grêmios (ENG), simultâneo ao 15º Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da UNE, e o 8º Encontro Nacional de Pós-Graduandos (ENPG), da ANPG. Simultaneamente, acontecerá a 11ª Bienal da UNE, agora chamada Festival dos Estudantes. Um mau sinal, pois indica que serão encontros distracionistas. Em vez de promoverem um debate profundo e concentrado sobre os problemas da juventude, o clima festivo favorece a arregimentação despolitizada dos jovens. É preciso que esses encontros sirvam para organizar os duros combates necessários para defender a vida da juventude. O início do governo de ditadura militar-policial de Bolsonaro já anuncia mui-

tos ataques aos trabalhadores em geral, com o salário mínimo de fome e extinção do Ministério do Trabalho. Mas há ataques particulares à juventude.

O capitalismo só tem a oferecer miséria, desemprego e opressão à juventude

É o jovem quem mais sente nas costas o peso da crise capitalista, amargando o desemprego, que chega a mais de 26%, o dobro da taxa geral; a decomposição social e o extermínio. De 2006 a 2016, o assassinato de jovens de 15 a 29 anos cresceu 23%, foram 325 mil vítimas. Enquanto isso, 23% dos jovens não estuda, nem trabalha. A maior parte são mulheres, que executam ex-

clusivamente trabalho doméstico. Considerando a situação das crianças e adolescentes brasileiras, 6 a cada 10 vivem na pobreza, são 32 milhões, dos quais a grande maioria é negra e se concentra no Norte e Nordeste. Esses dados são apenas uma amostra da condição de profunda opressão e miséria que o capitalismo oferece à juventude.

As medidas da ditadura civil de Temer aprofundaram a crise nas escolas, escancarando a Educação Básica para a mercantilização, com a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e a BNCC. A ampliação do Ensino em Tempo Integral leva ao fechamento de turnos inteiros, expulsa da escola o jovem que precisa trabalhar e cria mais discriminações. Um dos ataques mais graves de Temer foi congelar por 20 anos o orçamento dos gastos sociais por meio da Emenda Constitucional (EC) 95, já mutilado pela aplicação do ajuste fiscal desde 2015. *Precisamos lutar pela revogação da Reforma do Ensino Médio e BNCC. Organizar nas escolas a luta contra a implementação das Escolas em Tempo Integral. Exigir a revogação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização. É de interesse da juventude lutar pelo direito a trabalhar e a se aposentar, ergamos a bandeira de “abaixo a reforma da previdência”.*

Mas, **os planos de Bolsonaro para os jovens são ainda mais funestos.** Por um lado, anuncia uma “linha dura” quanto à segurança, aumentando a criminalização da pobreza e da juventude. Promete reduzir a maioria penal, como se a punição no sistema socioeducativo, em que um jovem infrator morre a cada 8 dias (dados de 2018), fosse pouca.

Dentre suas ameaças fascistas está o Projeto Escola Sem Partido, que pretende deixar a escola ainda mais anticientífica. Reforça o obscurantismo religioso. Em nome das famílias, quer aumentar o poder material e espiritual das Igrejas, que já submetem uma parcela gigantesca de jovens à alienação religiosa. Além disso, o Escola Sem Partido vem com a missão de perseguir a vanguarda estudantil e de trabalhadores de educação que lutam. Se aprovada, instituirá a escola da delação, jogará estudantes contra professores, e poderá punir com multas e demissões os “crimes” de “assédio ideológico”. Em nome do combate à “ideologia de gênero”, se reforçará a concepção das Igrejas de submissão das mulheres, condenação de homossexuais como desviantes, e de transexuais como aberrações. **É urgente organizar a luta contra o Escola sem partido com os métodos da ação direta. Nenhuma confiança no parlamento e no judiciário burgueses.**

Outro aspecto do governo Bolsonaro é a militarização, as forças armadas estão no núcleo de seu ministério, composto também por religiosos e ultraliberais. Na educação, isso se reflete na defesa da militarização das escolas. Em seu primeiro dia, Bolsonaro já decretou a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Nessas escolas, a lógica é a dos quartéis. Total rigidez disciplinar e banimento de qualquer expressão da individualidade dos jovens em sua vestimenta, cortes de cabelo e linguagem. Total controle ideológico. **Nem empresas, nem militares, devem controlar as escolas. Quem deve decidir os rumos da educação são os que estudam e trabalham. Pela soberania da assembleia escolar.**

Por fim, apesar de se apoiar na retórica da defesa da soberania nacional, o governo Bolsonaro não passa de um capacho do imperialismo norte-americano. Isso tem impactos diretos na educação, com a subordinação às medidas privatistas. Não por acaso, seu “superministro” da Fazenda, Paulo Guedes, é defen-

sor do modelo chileno de privatização da escola, com a criação de “vouchers”, um tipo de Prouni, em que o governo garante algumas bolsas para parte das crianças e jovens, em uma rede de ensino totalmente privatizada. As medidas de Temer já pavimentaram o caminho para a entrega da gestão das escolas para empresas privadas. E a permissão para que parte do Ensino Médio seja realizada via ensino a distância, no caso do EJA até a sua totalidade, é um grande negócio para as empresas que vendem esses serviços.

Além disso, o acesso ao ensino superior deve ser dificultado. Está nos planos do governo passar a cobrar mensalidades nas universidades públicas, além de aprofundar o endividamento dos jovens no ensino superior privado. O documento da bancada evangélica “O Brasil para os brasileiros”, que traz uma indicação do que o governo pode aprovar, faz a defesa de uma educação meritocrática, em outras palavras, a política de cotas também está ameaçada. *Sabemos que as cotas não resolvem pela raiz nem o racismo, nem o acesso dos jovens ao ensino superior, que deveria ser universal, sem nenhum exame de ingresso. Mas, teremos de lutar contra qualquer medida que deixe o ensino mais mercantilizado, elitista e excludente.*

A submissão ao imperialismo, porém, tem outras consequências mais gerais. Significa que o governo cobrará ainda mais sacrifícios das massas para sustentar a dívida pública: privatizações, cortes de direitos, salários arrochados, mais exploração. E, significa que o Brasil vai agir como um soldado de Trump ajudando no massacre de palestinos, e a ampliar a ofensiva contra Cuba e Venezuela. A juventude precisa se levantar como parte da luta anti-imperialista. *É preciso que o movimento estudantil seja internacionalista, se ligue aos movimentos e interesses dos trabalhadores e juventude oprimida no mundo. Que defenda a criação de uma frente única anti-imperialista, que erga a bandeira de: não ao pagamento da dívida pública, expropriação das corporações de educação, por um sistema único de ensino público, gratuito, laico e sob o controle dos que estudam e trabalham.*

E a UBES, o que tem feito?

A atual direção da UBES foi eleita no 42º Congresso, ocorrido em dezembro de 2017. A chapa vencedora expressa a continuidade do controle do PCdoB (UJS), em consórcio com o PT, Levante Popular da Juventude, PSB e PDT. Seu esforço foi o de canalizar para as urnas as lutas que adotaram o método da ação direta, com a onda de ocupações de escolas, grandes marchas e bloqueios de avenidas e rodovias. Com esse propósito, foi lançada, já em março, a campanha “Se liga, 16”, defendendo que os estudantes votassem antes da idade obrigatória. O mote “Ocupar as urnas” revela bem a substituição da luta direta pela ilusão de que, das eleições burguesas, pudesse sair um governo que não fosse dessa classe.

Essa perspectiva eleitoreira atravessou todas as ações da entidade. Vemos, assim, o predomínio dos atos formais e performáticos em datas de votações parlamentares, a ênfase nas audiências públicas, a adaptação ao que é aceitável pelo governo. Um exemplo disso foi a comemoração da votação do orçamento para 2019, com a aplicação das regras da Emenda Constitucional 95, ou seja, o minguido orçamento de 2018, mais a correção da inflação. Ora, cabe aos estudantes defenderem um orçamento de acordo com as reais necessidades das escolas, conforme a deliberação das assembleias escolares. E não um orçamento miserável encolhido

pelo ajuste fiscal, e espremido pela EC95.

Percebe-se que a direção da UBES adota a Constituição Federal e do Plano Nacional de Educação como bandeiras máximas do movimento. Ainda que tenhamos de defender direitos constitucionais, é preciso lembrar que a Constituição elaborada no fim da ditadura mantém, ainda que sob o véu da democracia, a ditadura de classe da burguesia. E temos de lembrar que essa mesma burguesia descumpra suas próprias leis, sempre que é de seu interesse. Já o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, apesar de trazer metas de ampliação de acesso e verbas, é um plano privatista. Já estabelece a defesa da Educação a Distância, e não corresponde à defesa da educação como direito universal, de fato.

Em vez de nos atermos à ilusão das leis burguesas, temos de olhar a realidade e nos perguntar: como vamos defender a vida das crianças e jovens? Como vamos garantir que todos possam estudar livremente em todos níveis de ensino? Como vamos enfrentar o racismo e a opressão sobre mulheres, homossexuais e transexuais?

Vamos perceber que a Constituição e o PNE são insuficientes. Teremos de ligar a reivindicação do acesso irrestrito a todos níveis de ensino com a defesa da expropriação da rede privada. Enquanto a educação for mercadoria, só terá acesso a ela quem pode pagar. Vamos ver que a raiz das opressões é de classe. Vamos ter de fazer da luta pela educação pública e do fim das discriminações uma parte da luta pelo fim do sistema capitalista.

Com isso, vamos perceber que a campanha de “Nessa eleição, defenda a educação” foi uma armadilha, para arrastar os jovens a votar nas candidaturas dos aliados da atual direção da UBES. Entregou-se aos candidatos uma carta genérica com a defesa da Educação, como via para o desenvolvimento do país, e aqueles que encenavam que iriam atender recebiam um selo de confiável, por parte da UBES.

Mas, a necessidade é outra. Nenhum governo burguês vai resolver os problemas da educação ou da juventude. Por mais que

possam ter diferentes ritmos e graus de aplicação de suas medidas, o fundamento da exploração capitalista tem de ser preservado. E, enquanto esse fundamento existir, continuará a haver riqueza de um lado, e miséria do outro. E, enquanto houver miséria, não haverá garantia de educação. Ninguém aprende com fome.

Mais do que isso, está na raiz do capitalismo a separação entre os que pensam e os que fazem. Por isso, a escola é tão desvinculada da realidade. Para juntar teoria e prática há o obstáculo da propriedade privada capitalista.

E, considerando a particularidade de um país como o Brasil, que é subordinado ao imperialismo, é preciso saber que nossa luta é internacional. Algum candidato se comprometeu a deixar de pagar a dívida pública? Como defender a educação, enquanto se despejam rios de dinheiro no bolso dos banqueiros?

Vejamos o que disse a própria direção da UBES, em julho de 2018: *“Convocamos as forças políticas e partidos a construírem em unidade um projeto nacional de desenvolvimento que dê atenção à educação como premissa para a construção de um país soberano e desenvolvido. Não aceitaremos mais perdas de direito, por isso ocuparemos as urnas como ocupamos as escolas para demonstrar mais uma vez a capacidade de mobilização social dos estudantes”*.

Para termos soberania mesmo, precisaremos romper com o imperialismo. Para desenvolvermos nossa economia, precisaremos desfazer as travas das relações capitalistas. E, para mostrar a capacidade de mobilização dos estudantes, precisamos retomar os métodos da classe operária: greves, piquetes, ocupações, bloqueios. A subordinação do movimento às urnas só confunde e divide.

Que o 4º Encontro de Grêmios se levante para romper com a linha eleitoral de subordinação da luta à esfera do parlamento e do judiciário. Basta de fazer do movimento trampolim para o carreirismo parlamentar. Que a juventude, que se ergueu contra as medidas de Temer, retome sua entidade para a luta.

Paraná / DCE da UEL realiza debate sobre “Escola Sem Partido” e o avanço do obscurantismo na educação

No último dia 13 de dezembro, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual de Londrina – cuja direção é composta por uma frente de militantes da qual participa a Corrente Proletária na Educação – realizou um debate sobre o movimento “escola sem partido” e a ofensiva obscurantista nas escolas e Universidades.

A atividade ocorreu no Centro de Ciências Biológicas (CCB) da universidade, e teve como objetivo retomar a discussão acerca da temática que, na conjuntura atual, ressurge como uma ofensiva fascizante impulsionada pela eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro à presidência.

A mesa de discussão inicial, além do DCE, contou com a participação de um estudante de mestrado em Ensino em Ciências e Educação e de um docente membro do sindicato dos professores (SINDIPROL/ADUEL). Após as intervenções iniciais da mesa, abriu-se o espaço para a participação dos presentes, que contribuíram para o aprofundamento da discussão.

O DCE buscou destacar o fato de que, devido ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, ampliam-se as tendências reacionárias e fascistas na dinâmica da luta de classes. A Escola e a Universidade não estão fora desse cenário,

ao contrário, refletem o caráter repressivo da conjuntura atual. Nessa perspectiva, o movimento “Escola sem Partido” – amparado pelo obscurantismo religioso – é parte da expressão do caráter reacionário da burguesia e de seus governos no âmbito educacional no capitalismo em decomposição, constituindo-se enquanto ataque contra o caráter científico do ensino, e contra as vanguardas que, nas universidades e escolas, colocam-se no campo da defesa das condições de estudo e de trabalho da comunidade universitária e escolar.

Nesse sentido, destacou-se, no debate, a necessidade de uma urgente organização da comunidade universitária da UEL, em torno da luta pelo que ainda resta do caráter científico da educação na sociedade capitalista brasileira. Em suma, a “Escola sem Partido” representa um ataque fascista das Igrejas e do Estado contra qualquer traço científico do ensino e da aprendizagem que ainda se conserva no sistema educacional burguês.

Está colocada a luta pela defesa da liberdade de ensino, expressão e de manifestação! Lutemos contra a ofensiva do obscurantismo religioso! Derrotemos a “Escola sem Partido”, a censura e a delação! Por uma Universidade científica e laica!

Nesta edição:

- **Cuba:** 60 anos da Revolução Cubana - Lições e perspectivas
- **Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.**

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



60 anos da Revolução Cubana

O Partido Operário Revolucionário (POR) empunha a bandeira da Revolução Cubana. Defende incondicionalmente as conquistas do proletariado e do campesinato que se levantaram em armas, derrubaram o governo burguês-oligárquico, expropriaram a grande propriedade privada dos meios de produção, impuseram a independência do país, expulsaram o imperialismo e resistiram bravamente à invasão norte-americana da Ilha. Fazem parte do programa do POR as lições revolucionárias do povo cubano, assim como as da Revolução Russa e demais revoluções proletárias. Exatamente por motivo programático, o POR condena a estalinização do Partido Comunista Cubano e as traições do castrismo à revolução latino-americana. Combate a restauração capitalista em curso e se coloca pela revolução política como única via de interromper a entrega definitiva de Cuba à burguesia e ao imperialismo. Desde a tomada do poder pelo Movimento 26 de Julho (1º de janeiro de 1959) até nossos dias, a Revolução Cubana continua a ser um laboratório de aprendizado para a classe operária e sua vanguarda marxista-leninista-trotskista. A vitória da aliança operária e camponesa em 1959 expõe as leis gerais da revolução e contrarrevolução da época imperialista do capitalismo em decomposição. Nestes 60 anos da Revolução Cubana, temos um motivo para retomar as explicações sobre por que a restauração vem se impondo, tal como na ex-União Soviética, Leste Europeu e China. Explicações que se incorporam na tarefa de construir o Partido Mundial da Revolução socialista, a IV Internacional.

Viva a Revolução Cubana! Abaixo a restauração capitalista! Pelo internacionalismo proletário!

Em defesa das conquistas da Revolução Cubana

Cuba foi a última das colônias a conquistar independência perante a coroa Espanhola (1898). Entretanto, a ruptura da submissão colonial seria trocada pela submissão semicolonial aos Estados Unidos. Essa mudança de um amo por outro refletia as particularidades da formação do país como produtor de matérias-primas dentro do quadro da divisão mundial do trabalho, imposta de fora para dentro pela burguesia imperialista.

O certo é que foi a intervenção dos EUA que decidiu a guerra contra a Espanha e acabou, assim, impondo a “independência nacional” de Cuba, bem como as condições ditadas pelos monopólios norte-americanos. É nessas condições que um setor da intelectualidade pequeno-burguesa e dos proprietários compreendeu que não seria possível a libertação nacional sem derrotar os governos serviais dos EUA e sem uma reforma agrária que modificasse radicalmente as relações de propriedade e uso da terra sob controle da grande propriedade latifundiária e dos monopólios norte-americanos.

Não por acaso, a brutal dependência e opressão nacionais manifestavam-se mais claramente na produção, transformação e distribuição dos produtos da cana-de-açúcar, principal produto de exportação. As terras eram monopolizadas por latifundiários (nacionais ou estrangeiros) e a indústria da cana-de-açúcar pelos capitais norte-americanos. E o imperialismo erguia-se por trás

dos latifundiários e do capital monopolista como um instrumento político e militar, que sustentava a permanência dessas condições econômicas e sociais pela força, através das quais exercia a opressão sobre o conjunto da nação. Se, de um lado, a concentração fundiária liquidava ou afundava na miséria o pequeno proprietário, obrigando-o a se proletarizar, de outro, ao se conformar em proletário agrícola nos engenhos, não apenas alimentava o ódio mortal contra o regime da grande propriedade da terra, como o combinava com seu ódio ao grande capital imperialista.

Esse ódio mortal das massas exploradas e oprimidas contra ambas as classes dominantes passou se manifestar politicamente como desejo de varrer o regime político, que se sustentava sobre essas três grandes forças econômicas, sociais e políticas. A ruptura com Espanha não significou a libertação nacional da opressão estrangeira. Agravou-a, ao submeter o país ao capital financeiro e monopolista. O essencial reside em que estavam criadas as bases para que qualquer luta que começasse em defesa da autodeterminação e soberania nacionais, pela reforma agrária e pela solução das tarefas democráticas, adquirisse um caráter anti-imperialista e anticapitalista.

No entanto, o proletariado e campesinato cubanos não contavam à época com um partido capaz de educá-lo no programa e estratégia revolucionários. As primeiras lutas pela “libertação na-



cional” se deram sobre a base do programa liberal-burguês e tiveram à sua frente direções que provinham das classes proprietárias (burguesia e pequeno-burguesia), que almejavam romper o jugo colonial e abrir uma fase de desenvolvimento econômico interno no quadro das relações de produção dominantes. Essas frações da burguesia e da pequena burguesia que se levantaram em armas foram incapazes de derrotar o império espanhol e o imperialismo monopolista norte-americano. O que exigia se apoiar nas massas oprimidas nacionais e avançar decididamente na expropriação da grande propriedade fundiária e capitalista. As rebeliões impuseram derrotas conjunturais aos opressores estrangeiros. Mas, foram impotentes para impor a autodeterminação nacional. As contínuas rebeliões e os métodos de luta tiveram o mérito de educar as massas, permanecendo acesas em sua memória social.

Foram precisamente esses fatores que viriam a confluir e dar base de massas ao movimento castro-guevarista que se alçou em armas, objetivando derrotar a ditadura de Batista, um títere do imperialismo. O Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, encarnava aos olhos das massas as melhores tradições dos movimentos de Macedo e Martí. O que sem dúvida o ajudaria a se erguer como direção política da luta da maioria nacional contra o governo servil de Batista, e a opressão imperialista.

A base camponesa do movimento guerrilheiro expressava as tendências presentes de resolver o problema da terra. Quando, finalmente, a guerrilha confluiu com uma insurreição das massas proletárias da cidade, acelerando a queda de Batista, evidenciou-se que a reforma agrária e a autodeterminação nacional seriam conquistadas com a intervenção do proletariado organizado. Essa dinâmica interna, que já indicava a transformação da revolução democrática em socialista, não apareceu no programa do castrismo até depois da consolidação do governo revolucionário. De fato, seu programa inicial previa apenas realizar uma reforma agrária limitada às terras improdutivas (pagando indenização), obter liberdade de reunião e organização, bem como outras consignas democrático-burguesas.

Um fator que permitiu ao castro-guevarismo se erguer como direção da maioria nacional oprimida foi que o Partido Comunista de Cuba, criado em 1925, nasceu degenerado pelo estalinismo. E já no começo da luta guerrilheira, na Serra Maestra, estava plenamente integrado ao governo burguês. O programa que regia a atividade do estalinismo à época baseava-se na “colaboração entre todas as classes e de todos os setores da nação, por fora e por cima de organizações, de partidos e Governo”. O que nada mais era que uma adaptação oportunista da pretensa “unidade nacional” com burguesia cubana considerada “progressista”. Um espantalho teórico que servia para acobertar a contrarrevolucionária “convivência pacífica” da burocracia estalinista com o imperialismo. Não

podia, portanto, servir de canal de expressão política à luta das massas por romper o jugo da opressão nacional. O PCC chegava às vésperas da revolução de 1959 como um aparato degenerado e integrado à democracia oligárquica.

Uma vez conquistado o poder, o conjunto da situação política mundial, a necessidade de defender ao país perante as ameaças intervencionistas e de desestabilização econômica, e, especialmente, das tendências de radicalização do campesinato e do proletariado, obrigaram a direção pequeno-burguesa castro-guevarista a ultrapassar na prática o programa democrático-burguês.

Erguido sobre a mobilização revolucionária das massas, o novo governo se viu obrigado a expressar a radicalização da luta de classes, aplicando medidas anti-imperialistas e cada vez mais ofensivas à propriedade privada monopolista norte-americana. Por outro lado, toda a experiência do século XX confirmou amplamente a tese leninista, de que a fase imperialista é a época das crises e guerras, das revoluções proletárias e contrarrevoluções burguesas. Fundamentalmente, tinha confirmado a teoria da Revolução Permanente, formulada por Trotsky, segundo a qual, nos países capitalistas atrasados e de economia combinada, a solução das tarefas democráticas só pode ser resolvida pelo proletariado tomando o poder político do Estado. Ou seja, a derrubada revolucionária do governo exigia a constituição da ditadura proletária e a solução efetiva das tarefas democráticas com os métodos próprios do proletariado. Tendo o poder em suas mãos, proletariado colocaria na ordem do dia as tarefas socialistas, a exemplo da expropriação da grande propriedade privada monopolista e sua transformação em propriedade coletiva (socialista), nacionalização do comércio exterior e planificação da economia nacional.

Trata-se de uma lei absoluta da revolução proletária na época imperialista. Também é absoluta a lei que demonstra que a revolução começa em um país e necessita, pela sua dinâmica de classes e das condições da economia mundial, projetar-se no campo internacional. Lembremos que Lênin e Trotsky advertiram que o isolamento da revolução russa e o estancamento de suas forças produtivas levariam ao triunfo da contrarrevolução. O que exigia de sua direção política saber manobrar nas condições adversas do cerco imperialista e impulsionar o internacionalismo proletário.

A teoria marxista-leninista-trotskista da revolução proletária e de seu carácter permanente se confirmou pela via da negação contrarrevolucionária. A burocracia russa, que desgraçou a revolução e destruiu sua direção revolucionária mundial, fez uma revisão completa dos princípios e fundamentos da teoria marxista e dos métodos bolcheviques, iniciando a fase da restauração capitalista. E, dado seu poderio econômico e recursos políticos, logo submeteu e disciplinou os partidos comunistas de todo o mundo às suas manobras diplomáticas, que visavam a preservar a sua privilegia-

da posição dentro dos estados operários degenerados. A teoria do “socialismo em um só país” foi um golpe de morte contra o internacionalismo proletário, a qual viria se somar a da tese da possibilidade de “coexistência pacífica” com o imperialismo.

A revolução cubana compareceu no cenário como uma clara ruptura da política da “coexistência pacífica” e da “colaboração de classes”. E a burocracia soviética se pôs a impedir que a revolução, tão admirada pelas massas oprimidas do continente, servisse de alavanca ao proletariado latino-americano para romper definitivamente com os partidos comunistas e que se projetasse revolucionariamente a constituir os governos operários e camponeses por todo o continente, colocando em xeque a diplomacia soviética de apoio a governos e setores da burguesia tipificados de progressistas e aliados.

Foi nessas condições que o PCC foi levado a se fundir junto a outros partidos em um partido único com o Movimento 26 de Julho. Tratava-se, por essa via, de cooptar desde dentro o governo revolucionário, que havia proclamado a revolução de socialista.

Usar o governo e o povo cubanos como moeda de troca nas negociações diplomáticas com o imperialismo exigia da burocracia soviética manter em pé os alicerces sociais e econômicos da revolução. Enquanto que o permanente bloqueio econômico, as constantes ameaças intervencionistas e a necessidade de garantir e manter as conquistas alcançadas acabariam, também, por empurrar o castro-guevarismo aos braços da burocracia estalinista. A que logo passou a realizar maciços investimentos, enviar inúmeros recursos técnicos, quantidade crescentes de apetrechos bélicos e garantir um mercado ao açúcar cubano na União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Evidentemente, estava muito longe da concepção da burocracia estalinista realizar tais esforços se não servissem ao objetivo de disciplinar a direção revolucionária e encarcerar a revolução dentro das fronteiras nacionais, usando-a para suas manobras diplomáticas. Era próprio de sua natureza de casta reacionária operar dessa forma. Mas, no caso do castro-guevarismo a adaptação oportunista comportou uma capitulação e traição às massas latino-americanas, que contavam com ela para avançar as revoluções em seus próprios países. Essa particular dialética de rápida degenerescência da direção castro-guevarista demonstrou quanto grave era a crise de direção revolucionária do proletariado. Eis por que, na base da grande propriedade social, da economia planificada e do monopólio do comércio exterior, não se erguia em Cuba a ditadura proletária, mas uma ditadura burocrática. E, finalmente, o estalinismo usurparia a revolução, não para fazê-la confluir com a revolução latino-americana, mas para torná-la um instrumento dócil dos desígnios e manobras da burocracia russa. Enquanto que a rápida degenerescência do castro-guevarismo colocaria os cimentos da restauração capitalista que já avançava no Leste Europeu.

A capitulação do castro-guevarismo à burocracia soviética demonstraria sua face contrarrevolucionária, quando ajudou a desviar a vanguarda chilena da luta revolucionária, em troca da farsa da “via pacífica ao socialismo” e da “frente popular”, arrastou o sandinismo pela via do nacional-reformismo, dilapidando a revolução nicaraguense, quando foi responsável de apoiar as diversas

vias foquistas pequeno-burguesas, que serviram de bloqueio à construção de uma direção revolucionária, quando impulsionou o desarmamento das FARC, e sua integração ao quadro do eleitoralismo democratizante, abandonando do programa da reforma agrária e da via da luta armada, ou quando apoiou as mais diversas frações da burguesia semicolonial, que acabaram se prostrando perante o imperialismo ou abertamente esmagando a luta das massas exploradas. Enfim, é a mesma burocracia que aprovou recentemente uma nova Constituição no país, e que coloca os cimentos jurídicos, políticos e econômicos da restauração capitalista na ilha.

O que temos explicado acima demonstra por que o castrismo mantém vivo a si mesmo como sombra de seu passado revolucionário e usufruindo o prestígio que conquistou por direito próprio (boa parte dos burocratas de hoje não têm nada a ver com as lideranças revolucionárias de 1959), já não mais para defender as conquistas revolucionárias, mas sim para constituir-se em árbitro da restauração capitalista em Cuba e, por essa via, em coveiro da primeira revolução socialista de América Latina.

Somente a derrocada revolucionária da casta burocrática restauracionista, por meio da revolução política, quebrará os elos da restauração capitalista, estabelecerá a ditadura do proletariado e erguerá o programa do internacionalismo marxista.

Apesar dessa constatação, a vanguarda revolucionária não deve cometer o erro irreparável de se negar a defender a Cuba revolucionária perante os ataques do imperialismo, ou de olhar para o lado diante da restauração capitalista. Pelo contrário, é seu dever defender incondicionalmente as conquistas revolucionárias, tanto em face dos ataques da burguesia imperialista, quanto de seus algozes internos. Somente a derrocada revolucionária da casta burocrática restauracionista, por meio da revolução política, que-

brará os elos da restauração capitalista, estabelecerá a ditadura do proletariado e erguerá o programa do internacionalismo marxista. Isso explica porque é uma tarefa somente da classe operária julgar o papel contrarrevolucionário do castro-estalinismo, não do imperialismo ou de qualquer outra variante da política burguesa.

Certamente, essas tarefas cabem não apenas ao povo cubano mas também aos explorados e oprimidos do continente. A vanguarda revolucionária latino-americana não deve esquecer nem por um só minuto que as conquistas da Revolução Cubana são parte do arsenal político e prático do proletariado revolucionário internacional. As massas aprendem a ciência das transformações revolucionárias (marxismo) a partir da própria prática e assimilando as experiências históricas do proletariado mundial. Somente na medida em que as experiências revolucionárias são traduzidas em programa é que pode ajudar à classe operária mundial no curso de sua luta contra o capitalismo em decomposição.

A melhor homenagem e o maior serviço que os explorados de nosso país e de todo o continente podem prestar ao heroísmo, ao sacrifício e à determinação das massas cubanas que fizeram a revolução é a de retomar suas lições, enterrar o estalinismo junto ao lixo do revisionismo, avançar à luta anti-imperialista e anti-capitalista e forjar no seio do proletariado os partidos marxista-leninista-trotskistas, para combater a burguesia sob o programa dos Estados Unidos Socialistas de América Latina.

***Defesa incondicional das conquistas revolucionárias da Cuba!
Abaixo a restauração capitalista em curso!
Derrotar o imperialismo em nosso próprio país!***



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

Anteriormente, mostramos a importância que Lênin deu à participação nas eleições da IV Duma (parlamento). O enfrentamento aos otzovistas (ultimatistas) acabou em sua exclusão do PSODR. Essa ala ultraesquerdista desenvolveu-se como uma fração no interior do bolchevismo. Indicamos o percurso da luta de Lênin contra o oportunismo menchevique, de se adaptar às instituições do czarismo, e contra o ultraesquerdismo em seu próprio interior, que negava por princípio participar das eleições e da Duma. O oportunismo liquidacionista e o ultraesquerdismo inconsequente evidenciaram duas faces da luta no interior do partido. Já expusemos suficientemente o embate de Lênin com o liquidacionismo. Cabe ainda destacar a extraordinária elaboração de Lênin quanto à tática eleitoral, que, nos seus aspectos de princípio e de tática, mantém sua validade.

Recordemos que nas eleições da I Duma (1906), os bolcheviques se colocaram pelo boicote. O motivo dessa decisão estava em que as massas continuavam ainda procurando o caminho da revolução, que se havia aberto em 1905 e, por outro lado, a I Duma era extremamente restritiva, o que impossibilitava o partido socialdemocrata apresentar sua política ao proletariado e aos camponeses. Na II Duma (fevereiro 1907), Lênin teve seu primeiro enfrentamento com seus próprios camaradas bolcheviques sobre a participação ativa, com as candidaturas próprias. A experiência de como utilizar revolucionariamente o parlamento burguês nas condições concretas da Rússia ainda czarista despertou grandes conflitos nas fileiras da socialdemocracia, o que obrigou Lênin a formular uma linha marxista. A II Duma foi dissolvida por um golpe de Estado, em 3 de junho de 1907. Um dos principais motivos de sua efêmera existência se deve ao fato da socialdemocracia ter conseguido eleger 55 deputados. A camarilha czarista não assimilou a presença de revolucionários, que estiveram à frente dos acontecimentos de 1905, no seu parlamento, que servia à manutenção do velho regime, sob a casca da monarquia constitucional. O golpe de Estado foi o meio utilizado para evitar o enfraquecimento do regime e, ao mesmo tempo, desfechar um brutal ataque sobre os socialdemocratas. Lênin relata no artigo *“O grupo socialdemocrata da II Duma”* como o general Guerásimov e o agente Brodski, infiltrado na organização militar do partido, planejaram uma farsa para acusar os deputados socialdemocratas de estarem planejando um levante armado. A comissão de inquérito da Duma não teve como comprovar a acusação do governo e se recusou a cassar os mandatos. Os parlamentares socialdemocratas foram presos e submetidos a trabalhos forçados, que levaram à morte de alguns e um deles à demência. A descoberta da farsa, comprovada pela III Duma, em 17 de outubro de 1911, potenciou a campanha internacional pela libertação dos presos políticos.

É por essa senda que Lênin amadurece e aperfeiçoa a posição de princípio e de tática sobre a intervenção dos marxistas nas eleições. Um de seus trabalhos mais representativo, nesse sentido, é o que se denomina *“A campanha eleitoral e a*

plataforma eleitoral, de outubro de 1911, dedicada à intervenção na IV Duma, que ocorreria dentro de um ano. O momento era propício para reconstruir o partido e fortalecê-lo no seio do proletariado, constituindo as células. Assim explica a necessidade da urgência de abraçar essa tarefa: *“Significaria arriscar todo o trabalho, adiar a formação de células locais do POSDR, que tenham iniciativa própria, de células rigorosamente partidárias, clandestinas, que comecem sem demora o trabalho preparatório para as eleições, que deem sem perda de tempo todos os passos necessários para realizar propaganda e agitação (...)”.* *“Para a socialdemocracia, que considera antes de tudo as eleições como um meio de educação política do povo, o problema principal é, sem dúvida, o do conteúdo ideológico e político de toda a propaganda e toda agitação vinculada às eleições. Esse é o problema da plataforma eleitoral. Para todo o partido merecedor minimamente desse nome, a plataforma é algo que reveste muito antes das eleições, não algo especialmente idealizado ‘para as eleições’, mas o resultado inevitável de toda atuação do partido, da organização de seu trabalho, de toda sua orientação em um período histórico dado”.*

Na passagem acima, Lênin expõe o método marxista, que consiste em não montar uma plataforma eleitoral simplesmente porque a burguesia está convocando as eleições. Eis por que Lênin explica que a plataforma do POSDR já existia, não se tratava de constituí-la, mas de desenvolver os princípios e a tática já adotados pelo partido, já aplicados e que se aplicam *“durante todo o período da vida política do povo, que em certo sentido as eleições sempre o ‘resumem’”.*

Lênin destaca três aspectos: *“1) o programa do partido; 2) sua tática; 3) sua avaliação das tendências ideológicas e políticas dominantes no período dado (...)”.* Conclui: *“Sem um programa, um partido não pode existir como organismo político integral, capaz de não se desviar de sua linha diante de qualquer virada dos acontecimentos. Sem uma linha tática, baseada na avaliação do momento político e que dê respostas precisas aos ‘malditos problemas’ da atualidade, pode existir como um círculo teórico, mas não como uma organização política atuante”.*

Nas condições particulares da Rússia, destacavam-se três pontos essenciais. A permanência da monarquia, o problema da terra e a superexploração da classe operária. Assim Lênin defende que a plataforma deveria ser guiada: *“1) república; 2) confisco de todas as fazendas dos latifundiários; 3) jornada de 8 horas”.* Rechaça a plataforma que pretende fazer da bandeira do sufrágio universal a reivindicação central. Explica, também, como método, que é preciso *“eleger um ponto central para que seja a consigna geral da campanha eleitoral, há que se colocarem as distintas reivindicações democráticas em uma perspectiva e relação mais ou menos verossímil”.*

Lênin assinala como conclusão: *“Resumindo, a essência e o nervo vital da plataforma eleitoral socialdemocrata se expressam em duas palavras: pela revolução!”* A revolução em questão, nesse momento, era de caráter democrático. Lênin subordina a revolução à estratégia programática, cujos objetivos históricos e a meta final são o socialismo.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XVII, Akal Editor)